

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Beatris de Moraes Pinto

**“ISSO ESTÁ DE BOM TAMANHO PRA COMUNIDADE QUE A GENTE
ATENDE”
Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos**

Porto Alegre
1. Semestre
2015

Beatris de Moraes Pinto

**“ISSO ESTÁ DE BOM TAMANHO PRA COMUNIDADE QUE A GENTE
ATENDE”
Educação Antirracista na Educação de Jovens e Adultos**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera

Porto Alegre
1. Semestre
2015

AGRADECIMENTOS

Emocionalmente e profundamente agradeço...

... À Deus, meus guias espirituais e anjos da guarda.

... À Elizete Beatris Moraes, minha mãe. Por ter me proporcionado este momento grandioso. Por ter me apoiado durante toda a minha vida. Por ter sido a minha melhor amiga em todos os momentos. Por ter sido uma mulher negra, guerreira e ter me inspirado pelo seu exemplo.

... Ao Gustavo Mello, meu amor. Por ter sido meu companheiro e me apoiado em todos os momentos. Agradeço a tua paciência, amizade, lealdade, compreensão e amor. Também, pelos teus esforços para que eu escrevesse esse TCC com tranquilidade e confiança.

... Ao Renato Pinto, meu pai. Por ter sido um homem negro, guerreiro, que me deu/dá muito exemplo de simplicidade e “inteligência”. Por ter me ensinado a ser uma pessoa que respeita e ama o próximo. Por me dar muitos conselhos, amor e força.

... Às minhas tias Angela, Eni e Elisabete por serem, também minhas outras mães. Pelos exemplos de vida e apoio que me deram.

... À Patrícia e ao Ivan, meus sogros. Por terem me apoiado sempre que precisei. Por serem a minha segunda família, um presente para minha vida.

... À Helena Beatriz, minha avó “emprestada”. Por ter rezado todos os dias por mim.

... Aos companheiros do movimento social negro (conhecidos e desconhecidos). Por terem me encorajado a estudar essa temática. Por me darem a luz ao entendimento de quem eu sou e de quem quero se nessa sociedade.

... Aos professores, que tive a honra de conhecer durante a graduação, Luis Armando Gandin, Maria Clara Bueno Ficher, Miriam Lemos e Maria Aparecida Bergamaschi. Por terem me ensinado a ter um olhar sensível aos educandos, mas principalmente às pessoas.

... À professora Aline Lemos da Cunha Della Libera, minha orientadora. Por ter me apoiado nesse estudo. Por ter me proporcionado momentos de aprendizado, que me possibilitaram desenvolver ainda mais a minha consciência negra.

... Às minhas colegas de graduação Angela Saikoski, Ana Claudia Fonseca, Graziela Balbinoti, Jéssica Bischoff, Priscila Couto e Tamara Rosa. Pelo companheirismo, intensas trocas de saberes e apoio.

Muito Obrigada!

[...]
*Depois de falarem os dominantes, falarão os
dominados.
Quem pois ousa dizer: nunca?
De quem depende que a opressão prossiga?
De nós.
De quem depende que ela acabe? De nós.
O que é esmagado, que se levante!
O que está perdido, lute!
O que sabe e o que se chegou, que há aí que o
retenha?
Porque os vencidos de hoje são os vencedores
de amanhã.
E nunca será: ainda hoje.
Bertolt Brecht*

RESUMO

Mesmo com um número expressivo de estudantes negros em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por vezes, as problematizações envolvendo as questões étnico-raciais são desconsideradas no cotidiano da sala de aula. Acreditamos ser necessário e urgente realizarmos reflexões sobre a existência ou não, de propostas efetivas para educação antirracista na EJA. A Lei nº. 10.639/03 orienta que a discussão sobre a História e Cultura Afro-brasileira seja feita, porém como vem sendo discutidas as questões cotidianas? Este trabalho, de abordagem qualitativa, trata-se do estudo de caso de uma Escola Estadual situada no Município de Porto Alegre que possui, no seu corpo discente, um número expressivo de estudantes negros e, alguns, residentes em uma comunidade quilombola. A partir da questão “Quais são as ações para uma educação antirracista desenvolvidas em uma escola da rede estadual, considerando as orientações presentes no Estatuto da Igualdade Racial?”, buscamos contribuir para as reflexões acerca das propostas pedagógicas para a modalidade EJA envolvendo tais temáticas. Como fundamentação teórica, trazemos os estudos de Kabengele Munanga acerca do racismo brasileiro e encontramos em Nilma Lino Gomes e Rosane de Almeida Pires reflexões pertinentes na defesa da educação antirracista com jovens e adultos. Também organizamos nossas análises, a partir da Lei nº 12.288/10 - Estatuto da Igualdade Racial, documento que traz elementos e diretrizes para a efetivação de propostas de educação antirracista na Educação Básica, em geral, e na EJA, em particular. Foi possível verificar que existiram algumas iniciativas de educação antirracista sendo desenvolvidas na Escola estudada, mas que, por questões diversas, dentre elas o racismo naturalizado, estas não foram reconhecidas, nem levadas adiante. Além dessa questão, também foi possível perceber o desconhecimento dos docentes sobre o Estatuto da Igualdade Racial e suas propostas para a escola, expressando a necessidade de maior divulgação de suas diretrizes. Acreditamos que, para além do reconhecimento deste documento, também é necessária a problematização sobre o lugar da escola na luta por igualdade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Educação antirracista, Racismo.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EJA: LEGISLAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS	10
2.1 “QUEREMOS ESTUDAR”: A luta do negro pela educação	11
2.2 POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: Políticas educacionais antirracistas para a escola.	16
2.3 “ONDE VOCÊ GUARDA O SEU RACISMO?” Uma reflexão sobre o racismo brasileiro.....	19
3 DELINEANDO A PESQUISA: aspectos metodológicos.....	24
4.1 ACOLHIMENTO, IMAGENS E LIVROS DIDÁTICOS: contribuições para a educação antirracista	30
4.1.1 O Acolhimento e a Arquitetura da Escola.....	30
4.1.2 A Imagem do Negro numa Escola de Negros	32
4.1.3 Livros Didáticos para a EJA e a Educação Antirracista.....	33
4.2 CONHECENDO AS PARTICULARIDADES DA ESCOLA: análises das entrevistas	36
4.2.1 Ações para Educação Antirracista desenvolvidas na Escola.....	36
4.2.3. Casos de Racismo e/ou Injúria Racial ocorridos na Escola	40
4.2.4. Sobre o Conhecimento do Estatuto da Igualdade Racial.....	42
4.2.5. Possibilidades e/ou entraves para uma Educação Antirracista efetiva na Escola.....	44
5. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EJA: POR QUÊ? PARA QUEM? COMO?	51
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS.....	63

1. INTRODUÇÃO

A cada dia, vários casos de crimes raciais contra pessoas negras chegam à mídia, tornando intensa e problemática a discussão sobre o racismo. Como a escola está integrada na sociedade, a discussão também se faz dentro dela. Partindo disso questionamos: Será que a escola percebe que o racismo também permeia o ambiente escolar? Como a escola trata o racismo no seu cotidiano? Com isso, queremos salientar que a escola é um espaço feito de muitas interações e as mesmas podem causar efeitos positivos ou negativos no processo formativo dos educandos. Por isso, se faz necessário e urgente propor à escola uma reflexão sobre seu posicionamento frente às questões que são pertinentes aos sujeitos.

Pensando nos efeitos que a escolarização pode causar aos estudantes, vejo na minha trajetória escolar e acadêmica, uma vida de marcas e transformações. Minha trajetória no Ensino Fundamental foi marcada pelas interações com os colegas, mas também pelas palavras que nunca esqueci: *“Tira esse cabelo da frente que eu quero enxergar o quadro!”* - referindo-se ao meu cabelo crespo. Já o Ensino Médio, foi marcado pela tentativa de não ouvir mais aquelas palavras da infância. Então, me dedicava ao máximo para não parecer com quem eu realmente era: negra.

A partir disso, percebi que a escola cumpria um papel importante na vida das pessoas. Assim, ingressei no Curso de Pedagogia buscando marcar a minha vida e a de outros (se for possível) pela transformação. Meio utópico, não? Sim, utópico, mas não seria a educação transformadora, uma utopia? Um sonho possível? Este trabalho é uma contribuição para que a utopia se torne possibilidade.

Para que possamos ir além da sala de aula, a fim de entender a própria sala de aula, nos últimos anos da faculdade me envolvi com alguns movimentos sociais. A partir deles, consegui compreender questões fundamentais para a minha formação docente: a existência da opressão racial e o desejo de lutar pela igualdade. Por que esses fatores foram fundamentais? Para o entendimento de quem eu sou, do meu lugar na sociedade e pelo que eu devo ‘lutar’, todos os dias, como educadora. Esse entendimento me fez olhar para a minha infância, para a minha adolescência e o mais importante, me fez desenhar um novo futuro.

Desde o primeiro semestre, o curso de Pedagogia me levou a questionamentos que nunca fiz anteriormente. Dentre eles, lembrei-me da escolaridade dos meus pais (ambos trabalhadores negros, que estudaram no antigo supletivo) e os sentimentos envolvidos nessas lembranças, impulsionaram o meu interesse atual pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por ser revolucionária em si, essa modalidade veio ao encontro dos meus princípios e

reflexões acerca do *porquê, para quê e para quem* a educação escolar se destinava? Indagações que impulsionaram o desejo da realização deste Trabalho de Conclusão (TCC).

Durante o curso, realizei algumas práticas em turmas de EJA onde foi possível perceber a desigualdade social apresentada em termos econômicos, raciais, de gênero, dentre outros. O mais impactante foi ver as atitudes, tanto dos estudantes quanto dos professores. Também, a invisibilidade diante das condições de vida dos estudantes e o silenciamento por parte deles, apresentam uma necessidade de reforçar, ainda mais, o compromisso com uma educação de qualidade com os estudantes jovens e adultos.

A experiência que motivou este trabalho de conclusão foi o período em que participei como bolsista do PIBID Pedagogia – modalidade Educação de Jovens e Adultos¹, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atuando em escolas públicas de Porto Alegre que ofertam EJA. De forma compartilhada², baseando-nos em princípios da Educação Popular, foram levados temas do cotidiano para serem estudados em sala de aula. Em uma das aulas foi proposto discutir sobre o racismo que, por estar em evidência na mídia, também estava presente nas conversas entre os estudantes das escolas.

Em uma das escolas, que integra a rede pública estadual, levamos o assunto através de uma roda de conversa, no início do encontro. Os estudantes demonstraram muito interesse no assunto, trazendo exemplos de casos de racismo que aconteceram/acontecem, com eles, no cotidiano. Após esta aula, fiquei me perguntando: a escola sabe destas vivências cotidianas dos estudantes da EJA? Será que o conteúdo proposto na escola para os estudantes está suprimindo as suas necessidades?

Já a experiência que vivenciei em outra escola da rede pública, me alertou para a realização deste trabalho. Com a turma, a temática foi tratada a partir de uma notícia sobre o caso de injúria racial envolvendo o goleiro Aranha e uma torcedora gremista (notícia repercutida na mídia gaúcha, diariamente, na época). A partir dela, foi solicitado que os estudantes expressassem as suas opiniões acerca do caso. A discussão se deu em torno das formas de expressão do racismo no Rio Grande do Sul, principalmente no interior do Estado, como também sobre os dizeres do Hino Rio-grandense. O que mais me surpreendeu foram as reações de alguns estudantes, dentre eles negros, que opinaram: *“Eu não me importo de ser chamado de macaco”* - *“O racismo não existe mais”* - *“O racismo está na cabeça dos negros”*

¹ Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e com a cooperação da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul permitem a realização de ações didático-pedagógicas nas escolas da Rede Pública Estadual na cidade de Porto Alegre.

² O trabalho realizado nas escolas acontecia de forma compartilhada entre 5 estudantes de Pedagogia. A docência compartilhada é um dos princípios do programa.

- *“Racismo é só quando, por exemplo, não deixam entrar em algum lugar por ser só de brancos, como acontece ainda no interior”*. Essas expressões evidenciaram a necessidade de se tratar, mais a fundo, a temática naquela turma. Contudo, surgiram algumas dificuldades e não foi possível levar adiante a proposta.

Infelizmente, esse tipo de reação manifestada, também, por pessoas negras, é comum. A negação da existência do racismo, mesmo com os inúmeros casos que ainda estão presentes no cotidiano, é um discurso que deslegitima a discussão, a reflexão e o combate ao mesmo. As falas desses estudantes expressam a naturalização do racismo até mesmo dentro da escola. **Diante disso, questionamos: Será que a escola percebe o racismo dentro das salas de aula da EJA? Que ações ela propõe para o combate ao racismo? Será que ela se compromete firmemente com uma educação antirracista para os adultos? Qual é o papel da escola diante disso, enquanto promotora da igualdade?**

Não há obrigatoriedade, como existe para crianças e adolescentes, de que os adultos frequentem a escola. Compreendendo que a mesma é um direito desses sujeitos, conforme Parecer CNE/CEB 11 de 2000, umas das funções da EJA é a reparação, visando garantir um direito que foi negado anteriormente, com qualidade. Sendo assim, se torna um dever da escola, encontrar alternativas para a garantia da sua permanência, que só é possível tornando-a mais atrativa e acolhedora.

Para isso, existem os documentos que orientam a educação antirracista nas escolas, os quais tem o propósito de garantir que os estudantes negros se sintam mais acolhidos, mais pertencentes e mais interessados por ela. Existem leis e diretrizes que apontam a necessidade e os caminhos a serem seguidos, para que se coloque em prática a educação racial. No caso das duas escolas citadas anteriormente, ambas possuem propostas para uma educação antirracista, uma mais estruturada do que a outra, mas possuem. Será que essas propostas estão sendo efetivas e suficientes? Pelo que percebi, as escolas encontram, ainda, muitas dificuldades para colocar em ação um trabalho educativo antirracista. No entanto, a omissão e o não comprometimento com a temática faz com que a escola contribua para que o racismo se perpetue, tornando-o cada vez mais naturalizado.

A cada momento, percebo a importância de se realizar um trabalho como este. Existem as leis e os princípios que orientam a educação antirracista e ao mesmo tempo existe uma história brasileira da EJA, marcada por pessoas negras. Mesmo sendo uma discussão antiga, por que as práticas educativas ainda são insuficientes para a superação das situações de racismo? Como fazê-la e sob quais perspectivas? Acredito que ainda são necessários mais estudos e ainda mais engajamento diante das propostas para a educação antirracista.

Este trabalho de conclusão propõe-se a discutir as propostas de uma educação antirracista, voltada para a Educação de Jovens e Adultos. A pesquisa realizada buscou apresentar discussões sobre a educação antirracista, em uma escola que oferta turmas de EJA na cidade de Porto Alegre, considerando que os seus estudantes vivem o racismo diariamente num contexto urbano que expressa uma cultura negra resistente e ao mesmo tempo um movimento tradicionalista que ainda carrega conceitos racistas. Propõe identificar e refletir sobre as alternativas desta escola na discussão referente a esses assuntos.

Realizarei uma análise sobre as propostas direcionadas para a educação antirracista em uma escola da rede estadual de Porto Alegre que oferta a modalidade EJA noturna, para anos iniciais e séries finais do Ensino Fundamental, a partir da pergunta: **Quais são as ações para uma educação antirracista desenvolvidas em uma escola da rede estadual, considerando as orientações presentes no Estatuto da Igualdade Racial?**

Para este trabalho recorri aos documentos legais e selecionei estudos de alguns intelectuais, professores, pensadores e ativistas da luta por uma educação antirracista. Primordialmente conto com os documentos legais, que nos dão diretrizes para a modalidade EJA e para uma educação antirracista. Tais leis iniciam-se a partir da Constituição Federal de 1988, a qual gerou: a Lei nº. 7.716/89 que “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor”; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 que na Seção V estabelece diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos; a Lei 10.639/03 que inclui no “currículo da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’”; e os princípios propostos para a educação, contidos no Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288/10, princípios estes que servirão como eixo para o estudo de caso desta pesquisa.

Para compreender o que é, para quê, para quem e como podemos efetivar uma educação antirracista, trago como referência os estudos do antropólogo Kabengele Munanga acerca do racismo brasileiro; de Nilma Lino Gomes, por suas reflexões pertinentes na defesa da educação antirracista com jovens e adultos; e de Rosane de Almeida Pires, onde encontramos ideias para uma efetiva educação antirracista na modalidade EJA.

2 EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EJA: LEGISLAÇÃO E CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Discutir sobre o racismo hoje, na sociedade brasileira, se faz necessário, (o que não torna a discussão fácil) diante da sua concretude vivenciada cotidianamente pela população negra. Diariamente, são inúmeros os casos de racismo e não há mais como negar a existência dele. É só pensarmos: Por que grande parte dos(as) negros(as) estão inseridos nos trabalhos mais precários? Por que os(as) negros(as), nas estatísticas nacionais, tem menos anos de escolarização e menos ingresso no ensino superior? Por que os(as) negros(as) ainda causam desconfiança, medo e estranhamento em algumas pessoas? E mais, por que só os(as) negros(as) são chamados de macacos? Com o passar dos anos, houve muitos avanços em relação às políticas afirmativas, porém, a população negra, ainda sofre com a desigualdade social. Portanto, se faz necessário o debate sobre as questões raciais e fomentar o desejo de que esta realidade seja transformada.

Na escola, por ser uma instituição social, podemos perceber manifestações racistas neste ambiente, por exemplo, quando identificamos que a maioria dos trabalhadores da higienização são negros(as) ou quando ouvimos xingamentos racistas entre os estudantes, mas que são considerados apenas como brincadeiras.

Na educação brasileira, a ausência de uma reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar tem impedido a promoção de relações interpessoais respeitáveis e igualitárias entre os agentes sociais que integram o cotidiano da escola. (SECADI, 2005, p. 11)

A omissão diante do racismo na escola dá espaço para a sua reprodução e perpetuação. Ideias racistas são inculcadas e a inferiorização dos negros em relação aos brancos é vista como natural. Ideologia esta, que embasa as atitudes racistas.

A escola ainda tem sido uma das propagadoras dessa ideologia, por omissão, e isto se agrava na EJA, modalidade composta por um número expressivo de trabalhadores negros. Ao mesmo tempo em que não se posiciona diante das relações raciais existentes dentro da escola, docentes também contribuem para esta perpetuação. Assim acaba por naturalizar o racismo induzindo à passividade. Então, por meio deste trabalho, propomos uma compreensão do racismo como ideologia e da educação antirracista como uma forma de combater e de ampliar o pensamento.

2.1 “QUEREMOS ESTUDAR”: A luta do negro pela educação

Fazer um resgate histórico da relação entre a população negra brasileira e a escolarização é fundamental para que se possa compreender como se constituiu a sua atual situação. Busco, na história brasileira, entender a seguinte indagação: Por que a maioria dos estudantes da EJA são negros³? Para responder esta questão, exponho alguns fatos históricos, do período pós-abolição da escravidão até a metade do século XX, a partir de uma edição *fac-similar* do jornal *Quilombo*.

Após muita resistência negra e lutas do movimento abolicionista junto às pressões internacionais, em 13 de maio de 1888, no Brasil, foi abolida definitivamente a escravidão. Antes de sua efetivação, a elite brasileira “tentou” através da criação de cursos noturnos, instruir os adultos das camadas populares (negros, indígenas, pobres, mulheres, etc.) para o novo modelo de trabalho livre. Essa é uma ideia de escolarização como “[...] elemento útil na transição para o trabalho livre tinham como referência o novo modelo de sociedade que se pretendia construir.” (SILVA, 2001, p. 31). As ações propostas infelizmente não garantiram que o conhecimento das letras chegasse até os membros das camadas populares, portanto ainda eram, na sua maioria, os analfabetos e considerados os maiores entraves à modernidade do país, desconsiderando as formas de produção deste fenômeno social.

A abolição da escravidão não deu suporte para que pessoas negras pudessem se incluir na sociedade brasileira, em profunda modernização. Sem escolarização, sem capital econômico e sem os seus direitos estabelecidos, se depararam com a exclusão social. As ideias racistas, derivadas do período escravagista, foram refletidas nas oportunidades que aos negros eram destinadas no seu cotidiano. Sendo assim,

[...] logo os ex-escravos perceberam que a luta pela liberdade fôra apenas o primeiro passo para a obtenção da igualdade ou, se quiser, para a igualdade racial, pois o racismo não só permanecia como inércia ideológica, como também orientava fortemente a sociedade brasileira no pós-abolição. “Tornou-se necessário lutar pela “segunda-abolição”” (SANTOS, 2005, p. 21).

Com isso, a população negra teve que buscar meios que possibilitassem a mudança dessa realidade. Uma das possibilidades encontradas foi a escola. A escolarização era vista com muito prestígio e importância, principalmente como um meio à ascensão social, ou seja,

³ O último censo realizado pelo IBGE (2010) apresenta a expressiva diferença da taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas e pardas (somam 27,4%) e pessoas brancas (5,9%). Dados que ajudam a compreender a forte presença de pessoas negras na modalidade EJA. Dados disponíveis em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf

acreditavam que sabendo ler e escrever teriam mais oportunidades de melhorar a sua situação econômica e, também, ter mais condições de ir a busca de seus direitos. (SANTOS, 2005)

Como uma população marcada visivelmente pela exclusão e abandono, num contexto de sociedade guiada fortemente pela ideologia racista, conquistaria a sua escolarização? Numa nação em desenvolvimento, onde a ignorância deveria ser erradicada, a população negra teve que se articular, através de organizações, e utilizar os recursos de algumas entidades filantrópicas para ter acesso ao estudo. Dentre várias ações, é importante destacar que

Do ponto de vista legal o Decreto 7031 de 6 de setembro de 1878, conhecido como Decreto Leônicio de Carvalho, que criou escolas noturnas para livres e libertos no município da Corte, foi importante para a institucionalização dos cursos noturnos no Brasil (não pelo Decreto em si, mas pelas discussões que ele suscitou). (PERES, 2002, p.87)

A inserção dos homens e das mulheres negras, nascidos no início do século XX, na escola se dificultou devido ao intenso ritmo de trabalho, no qual estavam expostos. Segundo Gonçalves e Silva (2000), as meninas negras, quando encaminhadas aos orfanatos eram preparadas para o trabalho doméstico. Ao serem adotadas faziam o mesmo, em casa, sem remuneração, mesmo sendo chamadas de filhas de criação. Fator fundamental para o afastamento dos negros da escola foi a incompatibilidade entre o trabalho e esta instituição. Os jornais alternativos foram importantes veículos de incentivo ao estudo e de divulgação de escolas entre os negros, após a abolição da escravatura, mas apenas tinham acesso aos jornais os poucos que tiveram contato com a escolarização.

O decreto citado anteriormente, dentre outros, não foi suficiente. Com o surgimento de novas ideias de escola, o direito à educação passou a ser uma das principais reivindicações do movimento negro. Sem políticas públicas de educação para a população negra, as entidades do movimento negro foram fundamentais para a inserção dos mesmos em instituições de ensino.

Anos mais tarde, muitos destes movimentos como, por exemplo, a Frente Negra Brasileira (FNB), programaram iniciativas educacionais incentivando a alfabetização da população negra. Esta entidade, criada em São Paulo no ano de 1931, tinha caráter nacional. A FNB, posteriormente, se tornou um partido político e “entre as suas ações de caráter formativo, destaca-se a criação de uma escola e cursos noturnos de alfabetização de jovens e adultos negros e a publicação de um jornal.” (PAULA, 2009, p. 109).

Nesse contexto efervescente de discussão em torno da questão racial, protagonizada pelos movimentos sociais negros, destacavam-se as denúncias de discriminação racial, a afirmação da negritude e as reivindicações pela democracia racial. O Jornal *Quilombo* foi um

dos mais importantes meios de comunicação que divulgou as lutas pela igualdade no país, até a metade do século XX. Conforme apresentam Abdias e Elisa Nascimento,

Numa época em que não existia a noção de “ação afirmativa” ou de políticas públicas especificamente voltadas ao atendimento das necessidades da população afro-descendente, *Quilombo* trazia uma série de demandas nesse sentido, como a de bolsas para alunos negros nas escolas secundárias e nas universidades, inclusão nas listas dos partidos políticos de números significativo de candidatos negros a cargos eletivos, a valorização e o ensino da matriz cultural de origem africana. (2003, p. 8)



Figura 1 - Primeira página do Jornal Quilombo - Edição Fac similar

O jornal *Quilombo* circulou no Rio de Janeiro mensalmente, entre os anos de 1948 e 1950. Este foi publicado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade fundada em 1944 por Abdias do Nascimento. Além de ser um espaço para uma formação crítica da população negra, se mostrou como um porta-voz das reivindicações deste grupo, por escolarização. Dessa forma, “[...] acreditava que seria possível combater o racismo por meio de procedimentos culturais e educativos [...]” (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 148).

Essa edição *fac-similar* do jornal expõe em uma página, datada do ano de 1948, as ações desenvolvidas pelo TEN. Este, não só criou uma escola para atores negros, como também ofertou espaços para a disseminação da cultura e aulas de alfabetização para adultos, conforme o texto do jornal,

O T.E.N. manteve, em salas cedidas pela União Nacional de Estudantes, várias aulas de alfabetização, sob a chefia do professor Ironides Rodrigues. Cerca de seiscentos alunos frequentavam esse curso, interrompido, infelizmente, por falta de local para funcionar desde o dia em que a U.N.E. necessitou suas salas. (QUILOMBO, 2003, p. 25)

Este trecho do jornal nos mostra a forte influência do movimento negro, pois foi grande o número de alunos que frequentavam as aulas de alfabetização do TEN. Mostra-nos não só a vontade da população negra em se alfabetizar, como a organização social do negro para educar os seus, enquanto o Estado faltava. Em outra página do jornal, datado de dezembro de 1948, exhibe-se, também, uma das iniciativas do movimento negro de Porto Alegre.

Temos à nossa frente um recorte da “Folha da tarde” de Pôrto Alegre, do dia 31 de Janeiro de 1946. Uma entrevista do snr. João C. Alves, presidente da União dos Homens de Côr, a qual já então possuía cerca de 248.000 negros inscritos. Vamos transcrever um trecho: “A UAGAGÊ (com Deus, pela Pátria e a Família) tem

finalidades assistenciais, tal como um programa pré-eleitoral de partido político: [...] manter moços e moças em cursos superiores, concedendo-lhes roupa, alimentação. Etc, para que possam concluir os estudos. [...] E ampla campanha de alfabetização, “de forma que, dentro de 10 anos, não exista um único homem de cor que não saiba ler”. (QUILOMBO, 2003, p. 21)

Após um ano da publicação desta entrevista, surge nas páginas do jornal, na edição de janeiro de 1949, uma matéria na qual Heitor Fraga fala sobre a antiga entidade gaúcha Floresta Aurora destacando o empenho da população negra em Porto Alegre para estudar e ascender socialmente.

Convem destacar – e isso faço com satisfação – que o negro de Pôrto Alegre está sendo atacado de uma sede de elevação cultural que muito nos anima. Não é muito raro encontrar-se jovens pretos cursando as escolas superiores. E isso é indício muito significativo, uma recomendação para os negros da cidade.(QUILOMBO, 2003, p. 36)

No ano de 1934, “foi criado o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos” (AGUIAR, 2001 *apud* STRELHOW, 2010, p. 52). Nesta época, os negros ainda faziam parte dos índices mais baixos de escolarização, elemento que indicava ainda mais a desigualdade em que o negro estava submetido.

O movimento negro já não reivindicava mais apenas o acesso às primeiras séries, mas também ao ensino superior. Um dos objetivos do *Quilombo* era

Lutar para que, enquanto não fôr tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares”. (QUILOMBO, 2003, p. 21)

Esta tarefa, não foi fácil. Na tribuna Estudantil, com o título “Queremos Estudar”, Haroldo Costa traz, nas páginas do jornal de 1948, denúncias de discriminação racial sofridas por estudantes negros que tentavam estudar.

No Brasil não obstante a “ausência oficial” do preconceito de cor. nós o sentimos em diversos setores. É comum, quando se diz que em determinados educandários não é permitido ao jovem de cor se matricular, surgem os acomodados dizendo enfaticamente: “ – A questão é simplesmente econômica. Se o negro tiver dinheiro poderá estudar onde lhe aprouver”. No entanto a questão verdadeiramente não se reduz a isto. Aí está o Colégio Notre Dame de Sion, que não aceita alunas negras, mesmo que elas se sujeitem a pagar as pesadas mensalidades. [...] o mais estranhável é que determinados educandários dirigidos por padres católicos e freiras também se destaquem nessa frente constituída para impedir a formação intelectual da gente de côr. Amai vos uns aos outros... Com relação a algumas das instituições oficiais também se pode dizer algo. Ninguém desconhece os tremendos obstáculos que encontra o jovem negro quando se inscreve para prestar exame vestibular ao instituto Rio Branco [...] (QUILOMBO, 2003, p. 22)

Este trecho nos evidencia que mesmo com as ações do governo para a inserção dos negros adultos no ensino formal, as mesmas ainda não garantiram, de fato, a entrada e a permanência dos negros nas escolas. Ficavam evidentes, as dificuldades que os mesmos enfrentavam por conta do racismo. Como aponta mais um trecho da notícia:

Nos dias de hoje a pressão contra a educação do negro afrouxou consideravelmente, mas convenhamos que ainda se acha muito longe do ideal. Quando um diretor de um estabelecimento de ensino não pôde proibir a entrada de um aluno negro no corpo discente de seu educandário, e a veia de seu preconceito entra em efervescência, êle move-lhe uma perseguição durante o decorrer do curso, promove o seu alijamento psicológico, dificulta-lhe o que houver de mais banal; enfim, tudo faz crer que há uma campanha subterrânea e organizada visando anular as aspirações do negro que deseja estudar. Por tudo isso para muitos constitui surpresa e incredulidade quando um negro diz ser universitário ou mesmo estudante secundário. (QUILOMBO, 2003, p. 22)

Portanto, os que conseguiam frequentar alguma escola, se sofriam com o racismo dentro dela, não conseguiam permanecer estudando. Isto provocou que grande parte dessa população frequentasse menos ou não frequentasse a escola. Os jornais tinham, também, o objetivo de denunciar essas situações e de principalmente orientar/incentivar a educação para os negros como importante ferramenta de transformação de suas realidades. Conforme Haroldo Costa traz no final da notícia,

Os negros que já estudam em colégios e faculdades precisam adquirir a consciência da necessidade de um trabalho de esclarecimento do negro mais ignorante. E que lutem também pela união da gente de cor em torno das organizações que trabalham pela sua valorização social, através da educação, da cultura ou da arte. Porque sómente assim, não estará longe o dia em que todos os negros do Brasil sejam admirados pela sua natural lucidez e instrução adquirida, e nesse dia os nossos filhos não aprenderão como hoje em seu livro de geografia: “De todas as raças, a negra é a mais ignorante”. (QUILOMBO, 2003, p. 22)

Neste período da história brasileira, o governo carecia de leis específicas que garantissem uma escola gratuita, de qualidade e adequada aos interesses da população negra. Esta, que tinha o seu cotidiano marcado pelo trabalho, se afastou da escola e quando a frequentou sofreu com o racismo. Contudo, havia o desejo de estudar e não se acomodaram diante dessa situação. Organizaram-se, enquanto movimento e empreenderam alternativas para a alfabetização de seu próprio povo. A imprensa alternativa foi um dos meios para que essas ações se efetivassem funcionando como um instrumento de luta em defesa da população negra, na primeira metade do século XX. Portanto, os jornais foram importantes meios para o desenvolvimento da consciência do povo negro, tanto para os que os pudessem ler quanto para os que os que podiam ouvir. As notícias possuíam a perspectiva de que a população negra tivesse a consciência de que não deveria servir apenas para o trabalho braçal, em funções menos especializadas, mas que também pudesse encontrar nos estudos outros lugares na sociedade brasileira.

2.2 POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: Políticas educacionais antirracistas para a escola.

O acesso de militantes à academia, através de produções e trocas de experiências, possibilitou novos estudos que geraram novos conhecimentos. O conhecimento acadêmico, junto ao movimento social negro, definiu uma nova perspectiva de luta contra o racismo no Brasil, ao longo do século XX e até os dias atuais. Com isso, surgiram muitos encontros buscando orientar ações contra a discriminação racial nos diferentes espaços de educação formal. Um destes encontros, ocorrido no ano de 1982, foi o que aprovou

[...] o Programa de Ação do M.N.U. Entre as estratégias de luta, propunha-se uma mudança radical nos currículos, visando a eliminação de preconceitos e estereótipos em relação aos negros e à cultura afro-brasileira na formação de professores no intuito de comprometê-los no combate ao racismo na sala de aula. (GONÇALVES e SILVA, 2000, p. 151)

É importante destacar, mais uma vez, que a entrada da população negra nos espaços escolares não foi suficiente para combater a discriminação racial. Logo, foi possível perceber que a escola é também uma reprodutora da ideologia racista. As discussões em torno da questão racial no ambiente escolar geraram mudanças nas organizações dos Estados e Municípios do país, dando espaço para criação de grupos de assessoria destinados aos assuntos da população negra, que através de suas secretarias interferiram na construção dos currículos escolares, livros didáticos, etc., mas estas são conquistas recentes.

No intuito de reverter os estereótipos racistas que as escolas reproduziam, o movimento negro passou a intensificar, nas suas reivindicações, a introdução do estudo da história do continente africano, das lutas do negro no Brasil, da cultura negra brasileira e a sua participação na constituição desta sociedade. Reivindicação conquistada através de leis que possibilitaram a inclusão de disciplinas que tratam dessa temática ou desta abordagem em disciplinas já existentes.

A mais atual expressão desse fato foi a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, que traz referência fundamental para o currículo da Educação Básica, a partir da Lei nº 10.639 de 2003, onde fica estabelecido que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
 § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

Essa lei foi um avanço no processo da luta por igualdade e por uma educação mais democrática, mas ainda não é suficiente no que tange a uma educação antirracista, mais ampla, dentro da escola. A lei salienta o ensino da história, sendo direcionada às áreas da Educação Artística, da Literatura, da História e não às demais áreas como, por exemplo, a Sociologia, como destaca Santos

Aqui, pensamos que há um erro grave nessa lei, [...]. A não consideração de que os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira deveriam ser ministrados especialmente nas áreas de ciências sociais e de educação, parece-nos um grande equívoco, pois, ao que tudo indica, são estas áreas que estão à frente da discussão das relações raciais brasileiras. (2005, p.34)

Neste sentido, mesmo com sua importância, a Lei 10.639/03 torna-se insuficiente para a efetivação de uma educação antirracista na escola. Seriam necessárias, políticas educacionais que sejam ferramentas para a consolidação da permanência dos estudantes, principalmente os da EJA.

O documento mais atual, existente na legislação brasileira, destinado à promoção de uma educação antirracista é o **Estatuto da Igualdade Racial**⁴, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Apresentada por Paulo Paim (Senador gaúcho) em 2003

[...] é um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias. Sabemos que esses tipos de ações devem emergir de todos e de cada um. Devem partir do Governo, do Legislativo, da sociedade como um todo e do ser humano que habita em cada um de nós. (BRASÍLIA, 2006).

A lei passou por intensas negociações e mobilizações até ser sancionada em 2010. O Estatuto representa, em termos legais, a luta pela igualdade racial travada pelo movimento negro, historicamente. No projeto de lei, Paim destaca que “para dar fim a esses indicadores e aos pensamentos discriminatórios, foi que, em conjunto com o Movimento Negro, pensamos o Estatuto. Queremos conquistar os espaços que nos foram negados.” (BRASILIA, 2006).

Essa lei trava uma nova etapa na luta pelos direitos da população negra. O Estatuto possibilita o aprofundamento do debate sobre o racismo brasileiro. Para especificar o debate, neste trabalho, apresento o capítulo que trata das questões referentes à educação básica.

O capítulo II, intitulado “DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER”, apresenta na seção I o seguinte artigo:

⁴ Lei que “Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.” (BRASIL, 2010)

Art. 9º A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira.

Esta primeira disposição, nos possibilita pensar que ela vem salienta o direito a uma escola que seja, na sua prática, PARA e COM os estudantes negros. Pensada para isto, deve oferecer condições para que eles possam transformar o seu cotidiano. Sendo assim, questionamos: Nas escolas este artigo é conhecido/reconhecido? O que os educadores da EJA pensam dessa proposta? Ela é entendida como viável ou não? Quais são os impasses para que a determinação legal possa ser colocada em prática nas escolas?

A fim de cumprir as determinações legais, esta lei traz orientações de como devem ser as ações realizadas:

Art. 10. Para o cumprimento do disposto no art. 9º, os governos federal, estaduais, distrital e municipais adotarão as seguintes providências:

III - desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade; (BRASIL, 2010)

Então, é preciso que nas escolas existam campanhas educativas que promovam a cultura da solidariedade à população negra. Acreditamos que os próprios estudantes negros devem estar envolvidos no desenvolvimento dessas campanhas para que seu protagonismo seja o sensibilizador da comunidade escolar.

Uma das formas, a fim de solidarizar a sociedade frente às questões apresentadas, é desenvolver uma nova percepção acerca da presença do negro na sociedade brasileira. Para isso, o Estatuto reforça a Lei nº 10.639/03, a formação dos professores, a elaboração de livros didáticos e a ação para datas comemorativas de caráter cívico. Considerando a Lei, em seu Art. 11º, determina:

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração. (BRASIL, 2010)

A questão do livro didático é extremamente importante, pois o mesmo é um recurso bastante utilizado pelos professores da educação básica. O problema está em como se apresenta o conteúdo presente nos livros e que conteúdo é este. Várias pesquisas já foram realizadas para identificar como o negro é representado nos livros didáticos, onde foi possível perceber que, ainda há formas estereotipadas dos modos de ser negro e de sua presença na história do Brasil. Segundo Silva,

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto-rejeição e a baixa auto-estima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. (2005, p. 24)

Concordando com Silva, acreditamos que a forma estereotipada como é apresentado o negro nos materiais pedagógicos (livros, folhas de atividades, cartazes, etc.) pode influenciar, no estudante negro, uma negação de sua identidade, fazendo-o buscar meios para que não seja identificado e reconhecido com o que os materiais apresentam. Por isso, a relevância da análise dos livros didáticos que circulam nas escolas.

O Estatuto traz dentre os já citados, outros artigos em relação à educação. Os que foram apresentados neste trabalho, servirão como guias e ferramentas de análises para esta pesquisa. Os artigos trazidos aqui proporcionam para nós, educadores, uma reflexão acerca das propostas curriculares de nossas escolas em contexto nacional e, especificamente, para o contexto gaúcho: Quais as iniciativas para a promoção de uma educação antirracista?

2.3 “ONDE VOCÊ GUARDA O SEU RACISMO?” Uma reflexão sobre o racismo brasileiro.

As Leis são importantes, mas também não garantem que suas determinações sejam colocadas em prática ou, como dissemos, saiam do papel. Para tanto, é necessário haver um movimento de conscientização por parte de toda a sociedade. Então, para que a escola atue de forma a opor-se à discriminação racial, precisamos saber: o que a escola pensa sobre isso?

“*Onde você guarda o seu racismo?*” é uma pergunta provocadora. Provocou-me de tal forma que resolvi trazer a mesma neste subtítulo, a fim de que o leitor também possa se questionar. Esta pergunta foi o título de uma campanha publicitária realizada pelo grupo “Diálogos Contra o Racismo”, a qual se desenvolveu em duas fases: nos anos de 2004 e 2006. Foi uma “iniciativa que reuniu mais de 40 instituições da sociedade civil na luta pela união de

pensamentos voltados para a igualdade racial no Brasil”⁵. Ela divulgou vídeos relatando fatos reais de pessoas que sofreram com as práticas racistas no seu cotidiano, com objetivo de mobilizar as pessoas contra o preconceito racial naturalizado no Brasil.



Figura 2 - Imagem da Campanha

São inúmeros os casos de racismo, que fazem parte da vida cotidiana da população negra brasileira. A campanha foi pensada, segundo o IBASE⁶ “pois, de acordo com uma pesquisa, 87% dos brasileiros afirmavam acreditar na existência do racismo, mas somente 4% se diziam racistas.” Esse fato, mostra o quanto o racismo ainda é presente entre o povo brasileiro, mas não assumido⁷.

No século XX, a partir de 1930, período do desenvolvimento de uma identidade brasileira, foi construído o mito da “democracia racial” segundo Bernardino (2002), a partir das ideias do sociólogo Gilberto Freyre. Suas obras disseminaram a ideia de que, como houve um encontro de três raças (negros, brancos e indígenas) no Brasil, as relações raciais aconteceram de forma harmoniosa, havendo trocas culturais e não a dominação de um sobre o outro, inclusive pela visível miscigenação. Sendo assim, o Brasil passou a ser visto como um país sem preconceito, tendo em vista tal mistura. Nilma Lino Gomes (2005) considera que

O mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existem entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. (p. 57)

Esta ideia passou a encobrir a real situação dos negros no Brasil. De certa forma, já foi superada e, em parte, já se considera um mito, tendo em vista que as estatísticas nacionais

⁵ Contribuições para a campanha “Onde você guarda o seu racismo?”,p. 6. Disponível em:< <http://pt.slideshare.net/guesta7e113/manual-dos-dialogos-contra-o-racismo-2405200>>.

⁶ Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Uma das organizações que organizou a campanha.

⁷ Certa vez, ouvi de um senhor, durante uma conversa informal: “Mas eu não sou racista. Até gosto das negras!”. Assim, pensei: Por que “até”? É um privilégio para as negras ele gostar delas? Esse “até” nos mostra que o Brasil ainda é um país racista e a dificuldade que o brasileiro tem de ter a consciência disso. Além disto, deixa a dúvida sobre a referência exclusiva às mulheres e a conotação sexual que isto pode ter.

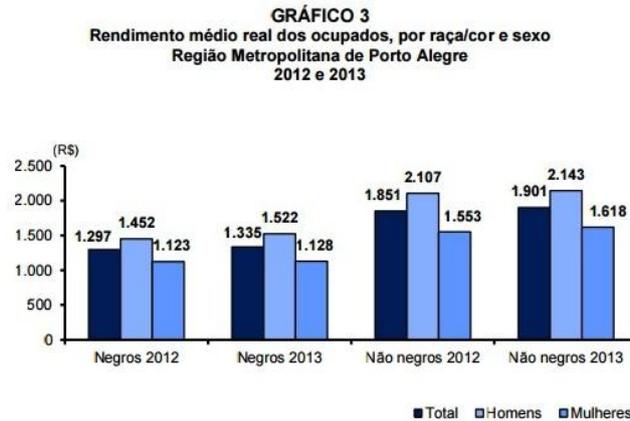
apontam para o fato de que os negros ainda compõem os grupos menos favorecidos. É importante refletir que o mito da democracia racial

[...] encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria [...]. (MUNANGA, 2004, p. 89)

Nesse sentido, o mito da democracia racial serve para “esconder” o racismo. Nilma Lino Gomes (2005) apresenta a concepção de **racismo**, apresentando-o sob duas formas: individual e institucional. “Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos.” (p.52). O senso comum acredita que apenas é racismo, quando as práticas atingem níveis de violência e segregação explícitos. Ainda é difícil enxergá-lo em outras formas, como o racismo institucional que

[...] implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada. (p. 53)

O fato é que o racismo é uma questão séria e histórica no Brasil. Mesmo que o conceito biológico de raça tenha sido superado, atualmente ele se configura em outro sentido, pois “[...] sabemos todos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas.” (MUNANGA, 2006, p. 52). Os dados estatísticos mostram isso. No Brasil, a população negra é a que mais morre precocemente, pois compõem “[...] proporção 135% maior do que os não-negros. Enquanto a taxa de homicídios de negros é de 36,5 por 100 mil habitantes, no caso de brancos, a relação é de 15,5 por 100 mil habitantes” (IPEA, 2013). Na questão salarial, a população negra ainda possui os menores salários, conforme apontam os dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, coletados a partir da pesquisa feita pelo DIEESE junto com a Fundação SEADE e o Ministério do Trabalho.



Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT
Obs.: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de jun/2014

Figura 3 – Gráfico de Rendimentos, por Raça/Cor e Sexo

Esses dados possibilitam compreender alguma das formas como o racismo se materializa na sociedade. A desigualdade social entre negros e brancos nos aponta para um problema social. Kabengele Munanga entende que “[...] o nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente.” (2006, p.53). Discriminação que coloca a população negra no grupo que ainda está à margem de direitos.

Contudo, racismo é crime! Há políticas públicas efetivas que buscam combater a discriminação racial. A Lei nº 7.716 de 1989, “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor” e, no seu Artigo 1º destaca a punição para “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Essa lei é importante, pois aponta as atitudes que, asseguradamente, poderão ser condenadas às sanções. Nela, é possível encontrar suporte para o combate ao racismo também na escola. É destacado em seu Artigo 6º que fica proibido “recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.” Os crimes de racismo, conforme esta Lei, remetem às condutas discriminatórias que podem ser vividas pelos estudantes negros da EJA.

Outra lei importante no combate ao racismo é a que qualifica, criminalmente, a **Injúria Racial**. Presente no capítulo V, do Código Penal brasileiro, considera crime

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.[...]

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997) (BRASIL, 1940)

O crime de injúria racial é diferente do crime de racismo. A injúria consiste em ofender a honra de alguém, com termos pejorativos e desqualificação. Já o crime de racismo acontece

frente ao ato discriminatório. Percebo que a injúria racial no Brasil tem ocorrido, em alguns casos, de forma natural e banalizada⁸.

O mito da democracia racial, na história brasileira, serviu para alienar a população da existência do racismo. Desacreditando na sua existência, não há necessidade de combatê-lo. Dessa forma, muitas pessoas negras passam por discriminação racial cotidianamente e, até mesmo, silenciam-se diante dela como forma de defesa, ou seja, para não sofrer ainda mais rememorando-a. E na escola? Qual a postura adotada diante destas situações?

⁸O caso, ocorrido em 2014, em que uma torcedora do Grêmio durante uma partida de futebol gritou da arquibancada: “Macaco” - para o goleiro do time adversário, foi exposto na mídia. Sua polêmica pode ter como justificativa, o fato de ter ocorrido no Rio Grande do Sul, pois, neste contexto, chamar uma pessoa negra de “macaca” é recorrente e ainda mais natural, não só em contexto gaúcho, “ofender” os adversários numa partida de futebol. Os que não acharam ser ofensa, o uso de tal termo, defendem que não há um cunho pessoal nisso e que os variados xingamentos, realizados durante as partidas de futebol, fazem parte. Acreditamos que esse fato expressa injúria racial, reveladoras de práticas cristalizadas nas mentes da população brasileira.

3 DELINEANDO A PESQUISA: aspectos metodológicos

A partir da temática “Educação antirracista na Educação de Jovens e Adultos”, proponho, com este trabalho, uma reflexão acerca das ações pedagógicas que promovam o combate do racismo também na modalidade EJA. Temática que surgiu a partir de várias vivências que tive durante a vida e a minha passagem pela graduação.

Retomando os motivos pelos quais optei por essa temática, primeiramente posso citar as minhas próprias vivências escolares. Como muitos dos estudantes negros, sofri com práticas racistas realizadas pelos meus colegas de sala de aula e, também, com as consequências da ausência de trabalhos pedagógicos antirracistas, ausentes nas escolas em que estudei. Outra motivação para escolher essa temática foram os questionamentos surgidos através das aulas, das discussões, dos textos lidos, dos professores, dos colegas, do envolvimento com o movimento estudantil e movimento negro. Essas vivências, especialmente únicas, possibilitaram ampliar a minha visão de mundo e saber do meu compromisso com a mudança social.

Contudo, a específica experiência que impulsionou a escrita deste trabalho de conclusão, ocorreu no ano de 2014, durante o período em que eu fui bolsista do PIBID Pedagogia – modalidade EJA, através de uma atividade sobre o racismo, conforme já relatado. As reações consequentes tanto dos alunos quanto da coordenação da escola, me inquietaram profundamente. Por que essa temática se torna tão polêmica na EJA? Por que falar de negritude, de raça e racismo incomoda tanto? Como, numa turma com inúmeros estudantes negros, a escola não se motiva a tratar desta temática? Com essa experiência só tive certeza da fundamental importância de se pensar uma educação antirracista para os estudantes jovens e adultos. Pode-se supor que, vários deles, devem ter passado por situações em que presenciaram ou sofreram com manifestações racistas, mas quem sabe, alguns nem o percebem. Acredito que independente da idade dos estudantes, das suas histórias de vida, a escola tem o dever de contribuir para a formação desses sujeitos, não apenas oferecendo a formação das letras, mas também uma formação crítica sobre a sua realidade. Partindo disso, decidi aprofundar meus estudos sobre a educação antirracista com os estudantes jovens e adultos.

Inicialmente, pensei em voltar na escola em que ocorreu a tal situação, mas como já a conhecia, de certa forma, quis encontrar novas opiniões. Então, pensei em outra escola em que o PIBID – modalidade EJA atua, uma Escola Estadual⁹ situada na cidade de Porto Alegre.

Esta Escola Estadual situa-se num bairro próximo ao Centro de Porto Alegre, sendo de fácil acesso. Tal característica possibilitou receber estudantes de diversos bairros da capital e até de outras cidades da Região Metropolitana. Contudo, a escola é consideravelmente vazia, à noite. Esta constatação leva a pensar sobre o porquê deste fato. Outro fator decisivo para a escolha desta escola como lócus de pesquisa foi o fato de que ao redor dela, existe um Quilombo Urbano. Como o bairro é considerado de classe média, o Quilombo sofre com a especulação imobiliária. Então, logo me questionei: Será que há pessoas desta comunidade estudando nessa escola? Se sim, será que a escola considera o fato de ter estudantes do Quilombo na construção de duas ações pedagógicas? Refletindo sobre essas questões, acredito que especificamente esta escola se torna um caso relevante para este estudo e as temáticas que envolvem a problematização de propostas de educação antirracista.

Considerando que o racismo existe e se expressa de diversas maneiras, ele também atinge o ambiente escolar nas suas relações de aprendizagem, no acolhimento, etc. Sendo assim, se faz necessário que esta temática seja tratada nas escolas que ofertam a EJA, tendo em vista que a permanência ainda é um desafio para esta modalidade. A Lei nº. 10.639/03 exige que a discussão sobre a História e Cultura Afro-brasileira seja inserida no currículo escolar, porém por seu conteúdo, alguns professores consideram que, por não serem responsáveis pelas áreas de que trata a lei, esta não se aplica ao seu caso. Nesse sentido se tornou mais pertinente estudar a educação antirracista, por ela abranger amplamente o debate sobre esse assunto e buscar envolver todos os professores. A partir de minha própria experiência e através dos encontros e discussões realizados no PIBID – modalidade EJA, percebemos que, para os estudantes, algumas práticas racistas e de injúria racial estão naturalizadas. Mesmo com a existência do Estatuto da Igualdade Racial (2010), ainda é possível perceber uma dificuldade nas escolas em desenvolver atividades que visem à promoção de uma educação antirracista. Discutiremos alguns aspectos desta questão, ao longo deste trabalho. Nesse sentido, buscamos identificar:

Quais são as ações para uma educação antirracista desenvolvidas em uma escola da rede estadual, considerando as orientações presentes no Estatuto da Igualdade Racial?

⁹ Nome que será utilizado, a fim de preservar a identidade da escola.

Partindo desta questão central surgiram outras:

- Que ações são pensadas e executadas na escola, com vistas à promoção da igualdade racial¹⁰?
- Quais as implicações da arquitetura escolar, na promoção de uma educação antirracista?
- Que imagens com as representações de pessoas negras, estão disponíveis na escola?
- O material didático disponível para a EJA é suficiente? As questões raciais são problematizadas?
- De que forma, a proximidade com um Quilombo Urbano, influencia essa comunidade escolar?

Sendo assim, o objetivo geral deste Trabalho de Conclusão consiste em:

Identificar e problematizar as ações para uma educação antirracista voltadas aos estudantes da EJA em uma Escola Estadual localizada em Porto Alegre.

E como objetivos específicos:

- Refletir sobre a educação antirracista, voltada à modalidade EJA, na referida escola, partindo de imagens, da arquitetura escolar, dos materiais didáticos, bem como do depoimento de professores da modalidade;
- Dialogar com professores sobre o Estatuto da Igualdade Racial, buscando saber sua opinião e o conhecimento que possuem sobre esta Lei;
- Contribuir para as reflexões sobre as propostas pedagógicas para uma educação antirracista na modalidade EJA.

Compreendendo o racismo como um fato histórico e social, que se reflete também na escola, acreditamos que, por meio de observações e de diálogos com professores, é possível compreender um pouco da sua materialidade. Partindo dessa ideia, o estudo realizado para a escrita deste trabalho de conclusão discorre, a partir de uma abordagem **qualitativa**, sobre as temáticas que envolvem a educação antirracista nas escolas especificamente àquelas que envolvem a modalidade EJA. Para Godoy, a pesquisa qualitativa

[...] envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando

¹⁰ Dia Nacional da Consciência Negra, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011.

compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (1995, p. 58).

Analisar um determinado espaço, observar o ambiente e ouvir os sujeitos, possibilita ampliar o entendimento sobre a expressão do racismo conjugando diferentes olhares. Aqui, optamos que esta abordagem seja feita por meio de um **Estudo de Caso**, focado na realidade de uma instituição escolar. Além disso, pelo fato de que “[...] a metodologia do estudo de caso é eclética, incluindo via de regra, observação, entrevistas, fotografias, gravações, documentos, anotações de campo e negociações com os participantes do estudo.” (ANDRÉ, 1984, p. 52), conforme realizado na coleta de dados para esta pesquisa. É importante destacar que nesta metodologia, os resultados e as análises obtidas serão sobre um caso específico, o que permite que o leitor faça relações com a sua vivência, conforme destaca André,

[...] O pesquisador procura descrever a experiência que ele está tendo no decorrer do estudo, de modo que, os leitores possam fazer suas “generalizações naturalísticas”. Em lugar da pergunta “Esse caso é representativo do que?” O leitor vai indagar “O que eu posso (ou não posso) aplicar desse caso para a minha situação?” (1984, p. 52)

A temática “Educação Antirracista na EJA”, permite refletir sobre o caso da Escola Estadual, a partir da perspectiva de alguns dos sujeitos envolvidos no processo da construção das propostas pedagógicas com este fim. Após a escolha da instituição, elenquei os sujeitos com os quais dialogaria através de entrevistas semiestruturadas, pois é “[...] guiada pelo roteiro de questões, o qual permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA, 2000 apud BELEI et al, 2008, p. 189). Para este breve estudo, conversei com quatro professoras, docentes na Escola. Tendo em vista que a escola é próxima a um Quilombo Urbano, um dos fatos que me levou a questionar temáticas relativas à educação antirracista, substituí os nomes das entrevistadas por nomes de mulheres negras que contribuíram para a luta antirracista nacionalmente e internacionalmente. Sendo assim os nomes fictícios das entrevistadas são: Dandara, Angela, Luisa e Carolina¹¹. Considerei relevante dialogar com estas quatro professoras, por diferentes motivações: Dandara, por ser a coordenadora pedagógica da escola, considerei que poderia contribuir com uma visão mais abrangente das relações dos estudantes e dos professores com a instituição; Angela, supervisora educacional, pela boa relação que possui com os estudantes e também por ser uma referência para eles, enquanto mulher negra; Luisa, por ser professora da turma de Totalidades

¹¹ Dandara foi uma guerreira negra, companheira de Zumbi de Palmares. Angela Davis foi uma ativista negra que lutou pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Luisa Mahin foi uma negra guerreira, teve importante papel na Revolta dos Malês. E Carolina Maria de Jesus, foi uma escritora negra brasileira.

Iniciais, a turma participante do PIBID-EJA; e, por último, Carolina, por ser a única professora negra, em sala de aula na escola.

Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a observação, que “[...] é um procedimento empírico e sensorial. Deve ser precedida de uma fundamentação teórica. Consiste em um exame minucioso que requer envolvimento e atenção do pesquisador na coleta e na análise dos dados.” (DEUS et al, 2014, p. 7). Também, como já relatado, as entrevistas semiestruturadas.

As seguintes etapas foram propostas:

- mapeamento da arquitetura da escola, no intuito de identificar a presença de imagens de pessoas negras nos cartazes e demais recursos visuais;

- Visita à biblioteca da escola, a fim de buscar livros didáticos que tratassem da temática, destinados à modalidade EJA.

Após este mapeamento foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as professoras, abordando as seguintes questões:

1. Quais as ações realizadas pela escola nas quais são tratadas as temáticas que envolvem a discussão racial, a História e Cultura Afro-Brasileira e os negros no Brasil?
2. Nos últimos três anos, houve casos de racismo ou de injúria racial dentro da escola? Houve queixas dos estudantes em relação a casos de racismo e injúria racial? Se sim, quais foram os encaminhamentos realizados pela escola para tratar dos casos?
3. O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 2010 propõe algumas ações para a educação antirracista nas escolas. Consideras que conheces o Estatuto da Igualdade Racial e suas propostas para educação? Conheces parcialmente ou não conheces?
4. Tendo em vista a tua resposta anterior, o que poderias destacar deste estatuto?
5. O Estatuto da Igualdade Racial no Art. 9º prevê:
 “A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira”.
 a) Qual é a sua opinião em relação a esta proposta? Qual seria a contribuição da escola para cumpri-la? É possível? Existem alguns entraves?

As entrevistas foram realizadas em três dias, no próprio ambiente escolar, em horário de aula, no período noturno. Todas as questões foram compreendidas pelas entrevistadas, porém a terceira e a quarta questão não foram desenvolvidas por elas.

As entrevistas foram uma das partes mais desafiadoras deste trabalho, pois possibilitou ficar frente a frente com as opiniões das pessoas acerca dessa temática que me sensibiliza tanto. No início me senti um pouco “sem jeito” em realizar as perguntas, pois tinha certo receio quanto às respostas. Contudo, logo depois, as próprias entrevistadas me acolheram o que gerou confiança para prosseguir.

A experiência da realização deste trabalho, de certa forma, não foi tarefa simples, pois mexe com sentimentos e ideias. A partir dele, pude perceber ainda mais a necessidade da abordagem desta temática na escola. Para a minha formação pedagógica, enriqueceu o conhecimento acerca da educação antirracista, principalmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos.

4 “ISTO ESTÁ DE BOM TAMANHO PARA A COMUNIDADE QUE A GENTE ATENDE”: refletindo sobre as descobertas da pesquisa

Neste capítulo serão apresentadas as análises dos dados encontrados pelas observações e entrevistas realizadas em uma Escola da Rede Estadual situada em Porto Alegre. As análises estão dispostas a partir dos tópicos que basearam as questões realizadas nas entrevistas, trazendo imagens e fragmentos das mesmas, bem como os elementos observados, por mim, que consideramos mais relevantes para a discussão da educação antirracista na EJA. Os tópicos foram: a) análise das imagens e livros didáticos específicos, disponíveis para a EJA na escola; b) mapeamento das ações que busquem uma educação antirracista nesta instituição; c) casos de racismo/injúria racial ocorridos na escola; d) questões sobre o conhecimento do Estatuto da Igualdade Racial; e) Possibilidades e/ou entraves para educação antirracista na escola.

4.1 ACOLHIMENTO, IMAGENS E LIVROS DIDÁTICOS: contribuições para a educação antirracista

A primeira etapa da pesquisa objetivou realizar observações a respeito da presença (ou não) de cartazes/imagens de pessoas negras na escola e também a respeito da disponibilidade de livros didáticos específicos sobre a temática da etnia negra para EJA. A seguir, apresentamos estes dados e algumas reflexões sobre estes.

4.1.1 O Acolhimento e a Arquitetura da Escola

Considerando a recepção e entrada dos estudantes, como primeiro contato da escola com estes, pensamos ser oportuno considerar a arquitetura da escola e suas implicações. Para esta análise, centramo-nos em dois aspectos desta estrutura: a entrada dos estudantes, limitada por grades e portões de ferro; e as áreas livres (saguão e pátio) que se situam no centro das salas de aulas. Cabe destacar, que trago uma percepção baseada nos momentos em que estive

presente na escola, durante a minha participação no PIBID-EJA (em 2014) e, também, durante a realização das observações e entrevistas para a escrita desse trabalho de conclusão.

Dando seguimento à questão das grades, vivenciei o seguinte: quando chegava na escola, me deparava com a primeira grade¹². Passando este primeiro portão, havia um pequeno pátio com dois bancos para os estudantes aguardarem o horário de começar a aula, pois só poderiam ultrapassar a outra grade¹³ (que dá entrada à recepção da escola) quando tocava o sinal. Poucos estudantes chegavam e ficavam sentados ali, a maioria ficava na rua fumando, conversando, escutando música... E, para tanto, ficavam num local pouco iluminado. Conforme Dayrell (1996), a escola não se dá conta da importância da forma como é utilizada a arquitetura da escola e que a mesma reflete a concepção de educação que ela possui.

Não se leva em conta que a arquitetura é o cenário onde se desenvolvem o conjunto das relações pedagógicas, ampliando ou limitando suas possibilidades. [...] Uma discussão sobre a dimensão arquitetônica é importante em um projeto de escola que se proponha levar em conta as dimensões sócio-culturais do processo educativo. (p. 13-14)

Durante as quatro noites em que estive na escola para a realização da pesquisa, vivenciei alguns momentos como este, pois ficava aguardando o horário da aula, junto aos estudantes. O que esta atitude pode nos dizer? O que transmite aos estudantes? Eu mesma, não me senti segura e nem acolhida, tendo em vista esta situação. Quem de fato me recebeu e acolheu foram os estudantes, que já me conheciam.

A questão do acolhimento é prática fundamental para a educação antirracista. Acolher, proporcionar uma sensação de segurança, receber os estudantes negros, expressam iniciativas de inclusão desses sujeitos. De acordo com Pires

As conversas individuais ou coletivas no momento da chegada à escola, quando são dadas as boas-vindas e há um breve relato do fazer pedagógico, são momentos preciosos para essa escuta, o que implica uma aproximação grande entre os sujeitos envolvidos, pois tanto quem recebe quanto quem é recebido precisa sentir-se acolhido e acolhendo. (2006, p. 107).

Inicialmente não tinha pensado em analisar o acolhimento e recepção dos estudantes nessa escola, mas esses foram momentos importantes para serem trazidos na relevância que possuem para a reflexão do fazer da educação antirracista para os estudantes negros, já estigmatizados.

¹²Esta possui uma pequena porta com cadeado, mas que nos intervalos entre o turno da tarde e o turno da noite estavam abertas.

¹³Esta permite somente a entrada dos funcionários.

4.1.2 A Imagem do Negro numa Escola de Negros

Outra etapa desse trabalho foi analisar a presença de outros elementos que podem ou não contribuir para uma educação antirracista. Busquei observar a presença (ou não) de cartazes, pôsteres, propagandas, etc., da presença de imagens de pessoas negras e o modo como estão representadas.

Na entrada da escola, onde existe um mural de recados, avisos e exposição de atividades para a comunidade escolar, encontrei apenas um cartaz. O cartaz trazia uma mensagem sobre o Dia das Mães. Nesta imagem, aparecia uma mulher branca com uma criança, também branca, dentro de um coração. Considerando a existência de apenas um cartaz, o mesmo se destinava a quem? Esse cartaz representa a maior parte das famílias dos estudantes da EJA e da escola em geral? Qual seria o propósito desse cartaz para a EJA? Ele expressa o que a escola debate nesta data comemorativa? E para os estudantes que não moram com suas mães ou mantêm relações de conflito com as mesmas?

Durante o período em que realizei a pesquisa na escola, pude constatar a ausência de qualquer outro tipo de cartaz ou alguma representação da diversidade. Contudo, as paredes do pátio da escola são pintadas com representações de obras de um pintor brasileiro, ícone na primeira metade do século XX. As obras trazem a presença de crianças negras e pobres brincando ao ar livre. Esse fato me faz pensar em duas perspectivas: não há cartazes e estereótipos negativos acerca da imagem de pessoas negras; em contra partida, não há uma contribuição para a superação de estereótipos negativos em relação à população negra, pela falta destas imagens e representações que poderiam ser relevantes para a autoafirmação e a elevação da autoestima dos estudantes negros.

As imagens podem servir de ferramenta na luta antirracista dentro da escola. Uma vez que ainda há formas estereotipadas de representar homens e mulheres negros (mulher negra no carnaval ou como faxineira; homem negro como servente de obra, bandido, etc.) nos murais das escolas. A ausência de imagens positivas de pessoas negras faz pensar sobre as orientações do Estatuto da Igualdade Racial, no seu artigo 10º. Tal artigo orienta aos governos federal, estaduais, distrital e municipais: “III Desenvolvimento de campanhas educativas, inclusive nas escolas, para que a solidariedade aos membros da população negra faça parte da cultura de toda a sociedade”(BRASIL, 2010). As imagens podem fazer parte dessas campanhas educativas, ou seja, a escola, não problematizando as formas de representação de

negros e negras disseminados em seu interior, acaba assumindo um posicionamento de omissão diante da promoção de uma educação antirracista.

4.1.3 Livros Didáticos para a EJA e a Educação Antirracista

Na escola, a biblioteca está situada no segundo andar do prédio. No período em que foram realizadas as observações, a responsável por este espaço estava em licença. A professora que estava no momento da observação, alegou não saber quais livros havia ali e como funcionava o uso da biblioteca, pois só estava cobrindo a licença da colega.

Na estante designada às turmas de EJA, procurei por livros didáticos e de literatura que tratassem da temática da história do negro, da cultura negra, do seu contexto social e político, etc. Chamou-me a atenção o fato de não haver uma seção nomeada especificamente para essa temática, somente: “história, sociologia e geografia” e “EJA”. Torna-se mais difícil ao estudante encontrar diretamente os livros que tratam da temática, por não estarem visíveis.

Foram poucos os livros disponíveis. Dentre eles estão: “A Escrava Isaura”, “O Quilombo Encantado” e o livro “Lendas da África Moderna”, sendo que os dois últimos com selo do PNBE¹⁴ (Plano Nacional Biblioteca da escola). Com diferentes perspectivas e modos de representação dos negros, trazem histórias que podem suscitar discussões acerca da escravidão no Brasil, da história dos quilombos brasileiros e, também, da cultura afro-brasileira a partir das lendas.

Além do uso de livros de literatura, o professor também pode utilizar os livros didáticos como apoio do seu planejamento didático-pedagógico para os estudantes da EJA. Há várias discussões acerca da reprodução de estereótipos que os livros didáticos apresentam sobre os negros brasileiros. Contudo, nessa escola, encontrei um livro didático destinado aos professores da EJA, da coleção Viver e Aprender¹⁵, que traz imagens positivas.



Figura 4 - Capa do Livro Didático

¹⁴ “Tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência.” (Portal do MEC)

¹⁵ Coleção didática destinada à Educação de Jovens e Adultos.

Escrito por Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, este livro foi pensado como instrumento para reforçar a valorização do negro na sociedade brasileira, podendo ser um valioso instrumento de trabalho para a educação antirracista na EJA. A coleção faz parte do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Conforme o plano, o livro didático “deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola; ao aluno e professor; e à realidade sociocultural das instituições”¹⁶ (MEC).

Tendo em vista que, conforme o Estatuto da Igualdade Racial no parágrafo 2º do Art. 11, “o órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no **caput** deste artigo” (BRASIL, 2010), a escola possui um bom livro didático em sua biblioteca, porém será que ele é utilizado pelos professores? E como ele é utilizado com os estudantes? Possuir um acervo de livros com imagens positivas da cultura negra não é o suficiente para o desenvolvimento de uma educação antirracista em sala de aula. Alguns recortes das entrevistas realizadas com as professoras da Escola Estadual poderão trazer elementos para pensar sobre essas questões.

Tem o livro didático. Só que o livro da EJA, [...] ele é um volume do sétimo ano com todas as disciplinas. Então é aquilo, né? Até isso é difícil aqui dentro: “Ah... porque os textos são ruins... ah... porque daí... ah... não tem todo o conteúdo de ciências... ah... porque bah... daí eu vou usar e daí tem os conteúdos das outras matérias”. Resumindo, o governo mandou, mas eles não usaram. Eles usam os livros “do dia”. “Do dia”, do ensino regular e não usam os da EJA, [...] pela não adaptação ao material entendeu? São professores condicionados a utilizar aqueles livros de um conhecimento único, então [...] eles não aprovaram nem o que o livro tem de bom. Eu acho bom quando o livro vem cheio de áreas do conhecimento. [...] e isso [a resistência de alguns professores em trabalhar a interdisciplinaridade] é uma deficiência também que eu vejo na docência do fundamental e no Estado assim, não só [aqui]. Eles são fracos. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A professora Dandara destaca que a escola possui os livros, mas que, por opção dos professores, os mesmos não são utilizados. Também aponta que alguns professores usam o livro “do dia” (das crianças e adolescentes) para o planejamento dos estudantes jovens e adultos, “da noite”. Fato que denota a infantilização das práticas na EJA. Como os conteúdos, que são destinados às crianças poderiam contribuir para a formação da autonomia, da consciência, do conhecimento das letras, de adultos que são membros atuantes da sociedade?

Dandara também aponta que outra professora fez todo o seu planejamento baseado num livro didático. Considerou, tal prática, inadequada aos estudantes da EJA.

¹⁶ Site do Ministério da Educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:programa-nacional-biblioteca-da-escola&catid=309:programa-nacional-biblioteca-da-escola&Itemid=574.

[...] [para construir o planejamento de aula] ela tinha copiado do “Lições do Rio Grande”..que é o programa do governo Yeda, que já acabou. Não existe mais. [...] Que eram muito bons. [...] E aí, a diretora me chamou e me deu uma [xingada] e disse que o material do “Lições do Rio Grande” era ÓTIMO, maravilhoso. Quem eu era para questionar aqueles autores? Não sei quem lá, e mais quem, escreveu o “Lições do Rio Grande”. Que quem eu era, né? Que eles eram pós doutores, doutores, que tinham feito aqueles livros, que o professor tinha que copiar de lá.[...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Neste trecho, a professora Dandara revela o posicionamento da direção em relação ao trabalho que ela realiza. Em seu depoimento, sugere ser cuidadosa e atenta aos planejamentos dos professores, questionando o uso do livro didático como diretriz dos conteúdos escolares. O que chama a atenção é o seguinte: a professora não poderia questionar o conteúdo dos livros didáticos? Problematizar o uso e o conteúdo dos livros didáticos nos planejamentos das escolas é uma tarefa importante para a educação antirracista, considerando que alguns livros servem como únicas ferramentas das práticas em sala de aula e que podem trazer imagens estereotipadas do povo negro e uma visão estigmatizada baseada na inferiorização. Tais representações, não contribuem para a autoafirmação dos estudantes negros, reforçando os estigmas.

Quando questionada sobre a utilização da biblioteca, pelos estudantes da EJA, Dandara relatou

Não frequentavam, [...] mas daí a gente meio que foi fazendo que nem o laboratório [de informática] foi insistindo, forçando.[...] A pessoa que trabalha na biblioteca, é que a biblioteca é dela, não é da escola. [...] o livro não é [...] [da escola], o livro é da pessoa. [...] É difícil. Tu acha um aluno na EJA que goste de ler. Então, às vezes, tu acha dois, três que tu empresta livro [...] tem alunos que só vem no dia que tem que retirar livro. “- Ah não, se tu não trouxe o outro, tu não leva esse” [reproduzindo a fala da professora que atua na biblioteca], porque tem que ter as regras. [...] Eu não acho que eles tenham que ser inadimplentes com as coisas e eu acho que eles tem que ter responsabilidade, [...] mas tudo há uma forma de falar com eles. [...] A pessoa que trabalha na biblioteca, ela não desenvolve um trabalho voltado pra EJA. [...] [...] Como é mais de um dia que eles abrem a biblioteca, eles estão fazendo assim: a professora que dá Português, faz, leva eles pra fazer um trabalho dentro da biblioteca. A professora de Inglês, o professor de Artes. Mas é aquela coisa: pesquisa local, variação de ambiente, mas não diretamente voltada pra leitura. [...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

A professora destaca a “apropriação” da biblioteca pela responsável, como fator prejudicial para o uso deste espaço pelos estudantes. Tanto os entraves, quanto a falta de incentivo à leitura, dificultam o acesso dos estudantes da EJA aos livros disponibilizados na biblioteca, que já são poucos. Em relação às totalidades iniciais (T1 e T2), salientou que podem utilizar a biblioteca somente nas quartas-feiras e que o incentivo à leitura é realizado pelo PIBID-EJA. Conforme aponta o trecho a seguir do seu depoimento:

[E... e qual é o horário da T1 e T2?] No horário do PIBID, quarta-feira. [...] Porque o PIBID, eles com essa função de biblioteca, eles [os estudantes da turma T1 e tT2] começaram a pedir que o PIBID trouxesse alguma coisa de leitura e tal. Então eles vão fazer um trabalho com o livro do Eduardo Galeano. [...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

O PIBID Pedagogia - Modalidade EJA, se apresenta como uma importante alternativa para a educação antirracista nessa escola. Os bolsistas trouxeram uma proposta de leitura e discussão sobre o tema, em suma, propostas voltadas aos estudantes daquela escola. A presença do PIBID-EJA tem possibilitado o cumprimento das ações contínuas para educação antirracista, já que a temática discutida, desde 2014, considera tais abordagens.

Esta Escola possui uma biblioteca, que está em funcionamento, tem bons livros, mas ainda tem dificuldades na inserção dos estudantes em uma proposta de leitura crítica. Algumas turmas frequentam a biblioteca, outras não. Consideramos que esse uso deve ser incentivado, mas com abordagens críticas que proporcionem novos conhecimentos e superação de estigmas.

4.2 CONHECENDO AS PARTICULARIDADES DA ESCOLA: análises das entrevistas

A segunda etapa deste trabalho se deu a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com quatro professoras desta Escola Estadual. As análises das entrevistas serão organizadas a partir dos tópicos já citados no início desse capítulo.

4.2.1 Ações para Educação Antirracista desenvolvidas na Escola

Este tópico originou a seguinte questão dirigida às professoras da Escola: **Quais as ações realizadas pela escola nas quais são tratadas as temáticas que envolvem a discussão racial, a História e Cultura Afro-Brasileira e os negros no Brasil?** Pergunta esta, pensada para analisar se há (ou não) propostas que atendam as orientações do Estatuto da Igualdade Racial, onde diz que os Estados devem realizar ações contínuas, pontuais e campanhas educativas, bem como o cumprimento da Lei 10.639/03.

Todas as respostas trouxeram, como proposta mais estruturada, uma atividade que celebrou o Dia da Consciência Negra. Em sábado letivo, próximo ao 20 de novembro, as turmas de EJA organizavam atividades culturais com dança, música e manifestações da religiosidade de matriz africana, bem como debates sobre o racismo, para todos os segmentos da escola e a comunidade em geral. As professoras Dandara e Luisa destacaram que a proposta não teve continuidade.

A [atividade] que tinha foi retirada. Nós tínhamos um projeto aqui, que era o sábado letivo, onde a escola era responsável pela programação da Semana da Consciência Negra. E aí, no ano de 2014, nós realizamos um musical contando a história dos “ore-ojerixás” femininas, que resgatava toda a questão da religião afro, enfim... como nosso público aqui... ele é 80% de jovens negros... ahn... nós tivemos uma grande adesão, né? (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

[...] o que a gente viu... que esse ano [2015] nos tiraram esse nosso sábado, que era o único dos sábados. E eu vou até responder de uma forma meio indignada, porque foi a nossa briga ontem com a direção, de que... ahn... a gente teria que vir neste sábado Dia das Mães, [para] apresentação do CAT [Currículo por Atividades]. Nós não temos apresentações pra mães, enquanto noturno. [...] E aí, nos tiraram nosso sábado da consciência negra que era responsabilidade nossa da EJA, que todos se envolviam. (LUISA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Nota-se que na escola, então, havia uma proposta pedagógica importante para a educação antirracista. Exaltar a religião e a cultura afro-brasileira, para um público de estudantes negros, fez com que os estudantes se envolvessem nas atividades. Todas as respostas salientaram o envolvimento da EJA, em geral, tanto alguns professores quanto a maioria dos estudantes, no desenvolvimento desta atividade concernente ao Dia da Consciência Negra. Já a professora Angela salientou a importância desse trabalho para os estudantes, pois o público da escola sofre com a baixa renda, as situações de prisão, a prostituição e possuem uma visão do negro, apenas, em funções subalternas. Ela é considerada, pelos estudantes, como um exemplo positivo, mesmo que ainda vinculado à máxima de que “batalhando se consegue”.

As falas das duas professoras expressam o envolvimento delas na proposta e, também, da importância da mesma para os estudantes negros e para EJA. Contudo, ficam visíveis alguns obstáculos para sua efetivação. A professora Luisa aponta para um conflito. Também, a professora Dandara explica os fatores que motivaram a suspensão da proposta.

[...] foi um espetáculo que repercutiu na mídia, fora da mídia. Fora assim, da escola. Tivemos mais de uma apresentação. Foi feito um vídeo dessa apresentação e as pessoas reconhecidas dentro desse projeto não foi ninguém que não fosse merecedor, mas ninguém que quisesse seu nome divulgado, que precisasse disso por uma questão de ostentar, mas sim pelo trabalho mesmo. E aí, as pessoas se incomodaram muito com isso. E isso foi retirado de uma forma muito velada. Quando a gente chegou esse ano, não [...] tínhamos mais o nosso sábado. [...] Nesse mesmo evento, teve um palestrante de fora, onde ele colocou um vídeo. [...] que mostra o preconceito com crianças norte-americanas. E tem com crianças mexicanas, também. Tipo assim... Um menino negro e daí tu diz: Quem é o mais bonito? E ele aponta o branco. [...] Ele mostrou esse vídeo. E aí, a escola não gostou, porque achou o vídeo muito pesado. [...] Então, o que a gente trabalhava era essa semana da consciência negra que foi nos tirado em função da repercussão que teve. E as pessoas que gostariam de aparecer não apareceram. E aí, isso pesou muito e foi retirado. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015.)

Nesse trecho, a professora Dandara nos apresenta dois motivos pelos quais a proposta do Dia da Consciência Negra foi retirada: disputa entre os professores (que em seu

depoimento ela chama de “escola”) e o conteúdo de um vídeo sobre racismo. O vídeo¹⁷ apresentado trata-se de uma pesquisa, que foi realizado com crianças norte-americanas, mexicanas e brasileiras.



Figura 5 - Imagem do vídeo

O vídeo propõe um debate em relação ao racismo e sua existência desde a infância, problematizando que o mesmo é ensinado às crianças. Contudo, questionamos porque a escola considerou o vídeo inadequado? Ele é inadequado para quem? Será que algum estudante ou professor manifestou não se sentir a vontade com o vídeo? Os motivos podem ser vários, mas acreditamos que a questão não é esta e sim quanto às reservas, que ainda são declaradas entre os professores, de debater sobre o racismo e de como esta prática pode ser concretizada na escola? Pires destaca que

[...] tal proposta requer sensibilidade, pesquisa/estudo e planejamento do educador, posto que é preciso cuidar para que não-negros(as) não se sintam culpabilizados e que os(as) negros(as) possam reconhecer sua presença e valor na construção da história e da cultura brasileira. (2006, p. 109)

Com um número grande de estudantes negros, pensamos ser fundamental tratar o tema na escola, mas este não é um consenso entre os professores. Contudo, é necessário pensar nas melhores estratégias para que possam superar a ideia de que é uma temática “pesada”, constrangedora, difícil, etc. até que se torne extinta.

Tendo em vista o reconhecimento da proposta, conforme relatado pela professora Dandara, apresentou-se outra questão: a competição, que divide a classe docente. Conforme apresentado, impediu a continuidade de uma prática significativa na escola.

Mesmo que fosse uma proposta pontual para educação antirracista, havia pelo menos uma iniciativa, que perdeu força. Na escola, há professoras que avaliam que as discussões sobre o racismo devem estar presentes o ano inteiro e não apenas em uma data específica. As professoras Dandara e Angela destacaram

¹⁷Vídeo disponibilizado no site do *You Tube*, em: https://www.youtube.com/watch?v=mAjp1_JsCck.

A gente sabe que tem a lei, [10.639] [...] Que a gente precisa trabalhar na escola. [...] e que tem que ser trabalhada durante o ano inteiro e não chegar só lá em novembro, porque está perto do Dia da Consciência Negra, ser trabalhado [...] A gente vai trabalhando. Porque eu acho que é um tema que não precisa estar lá na pauta do caderno e no planejamento, mas a gente acaba falando geralmente sempre [...] Porque [...] hoje em dia ainda existe o racismo. [...] A gente sempre acaba debatendo. (LUIZA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

[...] [explicar a história da construção das favelas] foi uma coisa que a gente teve que resgatar com os nossos alunos, né? Mas em momentos assim, tipo, conversando, numa roda onde eles chegam atrasados e a gente conversa. [...] De trabalho? Específico? A oportunidade que a gente tinha foi retirada. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Essa perspectiva das professoras é fundamental para uma efetiva prática antirracista. A partir das falas, nota-se um esforço de alguns professores dessa escola em colocar em prática os princípios desta forma de educar. É possível notar, que uma das professoras trabalha a Lei nº 10.639 na sua turma.

Em contrapartida, algumas dessas professoras não contam com o apoio da gestão da escola, fator que dificultou o desenvolvimento desse trabalho pedagógico. A fim de não configurar suspensão total da proposta, a gestão retirou o sábado letivo, transferindo para outro turno na semana, conforme aponta a professora Luisa em sua fala.

[...] eu já tinha questionado a diretora e o quê que ela disse: “Não, de repente pensem num momento pra noite”, mas aí é muito engraçado: a gente tem que vir num sábado que não é nosso e a gente não pode ter um sábado nosso. Então, a escola é do quê? Pra quem? Sabe... E aí, a gente tá tendo essa resistência. Não sei, ainda, se vai ter esse sábado, era uma coisa que a gente quer muito ter. A gente já pensou, enquanto professora, de fazer abaixo assinado, ver com os alunos o quê que eles querem, se eles têm interesse em continuar, NE? Porque é um momento que eles interagem. Tinha a N. da minha turma que interagiu lá, fazia dança com as outras da 5ª e da 6ª série, né? [...] E vai se perder isso? [...] Se a gente quiser, a gente vai fazer. [...] Mas aí não tem o reconhecimento, entendeu? Quanto escola, do trabalho [...] e aí, infelizmente, tiraram. E aí a gente está na luta pra ver se consegue ter esse sábado de novo. (LUIZA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A concepção de EJA, de racismo, de estudantes negros, se expressa na construção do calendário escolar: mantém as clássicas comemorações sobre o “Dia das Mães” e colocam-se obstáculos para atividades como, por exemplo, as que envolveram o Dia da Consciência Negra. Com isso, torna-se relevante a questão levantada pela professora Luisa: a escola é pra quem? Essa questão é tão repetitiva, porém ainda tão pertinente à educação básica, mas especialmente na EJA, que já é marcada pela exclusão social de seus estudantes. A fala da professora Dandara, a seguir, denuncia a concepção de alguns docentes e da gestão com relação aos estudantes da EJA que, em sua maioria, são negros e pardos.

[...] Mas vejo que eles [professores], não acreditam [nos estudantes da EJA]. [...] Tanto é que o trabalho de alguns docentes é muito medíocre. Como supervisora eu já questionei isso [...] e a resposta que eu ouvi foi: “Isso está de bom tamanho pra comunidade que a gente atende”. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Fica evidente nessa fala, a partir da perspectiva dessa professora, ideias ainda presentes nas escolas que ofertam a modalidade EJA. O estudante dessa modalidade tem o seu cotidiano marcado pela negação de direitos, chegando à escola, se depara com o mesmo. Por que o trabalho pedagógico para os estudantes da EJA, não pode ser o mais qualificado? Por que “qualquer coisa” para EJA, já está bom? Por estas questões, consideramos que há a necessidade de que os professores se sensibilizem e percebam qual o papel da escola na promoção de direitos humanos.

Apesar da complexidade da luta contra o racismo, que conseqüentemente exige várias frentes de batalhas, não temos dúvida de que a transformação de nossas cabeças de professores é uma tarefa preliminar importantíssima. Essa transformação fará de nós os verdadeiros educadores, capazes de contribuir no processo de construção da democracia brasileira [...] (MUNANGA, 2005, p. 17).

O estatuto apresenta em seus artigos que as escolas da Educação Básica, isso inclui a EJA, precisam desenvolver ações pontuais, contínuas e campanhas educativas que promovam educação antirracista. Esta Escola Estadual, em grande medida, deixa de cumprir com esta orientação. Contudo, é importante destacar que a mesma apresentou uma iniciativa pontual, mas que se demonstrou extremamente importante e significativa para os estudantes da EJA dessa escola.

4.2.3. Casos de Racismo e/ou Injúria Racial ocorridos na Escola

Com o objetivo de analisar como se posiciona a gestão e demais membros do corpo docente da escola em casos de racismo e/ou injúria racial, foram dirigidas às professoras a seguintes perguntas: **Nos últimos três anos, houve casos de racismo ou de injúria racial dentro da escola? Houve queixas dos estudantes em relação a casos de racismo e injúria racial? Se sim, quais foram os encaminhamentos realizados pela escola para tratar dos casos?** As respostas de algumas docentes relataram casos que ocorreram entre professores e entre estudantes. Outras, disseram não haver casos na escola.

[...] Não [há casos de racismo e injúria racial], porque eles [estudantes] são na sua totalidade negros, pardos e, então, eles se dão super bem. [...] Mas nessa questão específica racial, nunca. Nunca percebi assim, pelo [menos] nunca me trouxeram nenhum relato. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Não, porque eu acho que o nosso público aqui... Ele não tem, acho que discriminação, né? Eles já têm uma vivência. Tem muitos negros, tem brancos, NE? Acho que está bem mesclado. [...] (LUISA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

As falas das professoras Dandara e Luisa, destacam que não há casos de racismo e injúria racial na escola pelo fato de brancos e negros conviverem no mesmo ambiente. Isto não garante que o racismo deixe de existir dentro da escola. Portanto, fica a questão: estes casos não existem ou não são percebidos e problematizados?

Algumas falas elucidam esta questão. A professora Carolina, em seu depoimento, diz que há “brincadeiras” entre os estudantes:

[...] Que eu observasse não, né? E a maioria da gurizada aqui é... Tem uma boa [...] conversa entre eles. Tem brincadeiras, mas eles mesmos se [...] respeitam e eles levam na brincadeira. Não tem assim, [...] nada assim que envolva violência, preconceito, assim drástico [...] [PESQUISADORA: E... tu podes me dar algum exemplo dessas brincadeiras?] Assim: “oh neguinho”[...] mas não tem nada assim [...] que leve, assim, pro lado pejorativo [...] Tudo é brincadeira, né? [...] (CAROLINA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Essa fala aponta que há “brincadeiras” de cunho racista na escola. Chamar de “neguinho” ou de “negão”, mesmo que esteja banalizado, reforça a cristalização de ideias preconceituosas e podemos ver que as mesmas não foram questionadas pelos professores, conforme o depoimento. É necessário compreender que “dissimulações, apelidos, xingamentos, ironias consolidam a perpetuação de preconceitos e discriminações raciais latentes.” (CAVALLEIRO, 2005, p. 13). Essas situações de “brincadeiras” precisam ser identificadas e problematizadas pelos professores, sendo a sala de aula compreendida como um espaço promotor do respeito e da identidade afirmativa para o negro. Sendo assim, entende-se

[...] não ser mais compreensível que tais posturas sejam amenizadas ou relevadas com o discurso de que são “apenas” brincadeiras ou desabaços na hora do desentendimento. É preciso agir com firmeza, pois trata-se de respeito humano e de igualdade de direito no que se refere ao convívio social. (SOUSA, 2005, p. 112)

Mesmo com a afirmação anterior, professora Dandara relatou que já houve um caso, envolvendo duas professoras da escola.

Já teve. [...] Não com aluno, mas entre colegas. Uma colega que se nega a trabalhar com outra porque ela é negra. [PESQUISADORA: E... e qual foi o procedimento da escola?] Nenhum. A colega negra que disse: “Bom... então se ela não quer trabalhar comigo, então não tem porque trabalhar com ela, né?” [...] Se tratam profissionalmente. Agora, a colega que é preconceituosa, à flor da pele, ela tem realmente uma grande resistência assim... Mas como são... São colegas de turnos diferentes, só se encontram em reuniões específicas [...]. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

Nesse caso, podemos ver claramente uma situação de racismo entre as professoras da escola. Sabemos que houve avanços com relação às mudanças de atitude, mas muitas ideias ainda permanecem como, por exemplo, no fato relatado. Sendo assim, fica a questão: Esse fato também impede a realização de propostas educacionais antirracistas na escola?

Assim como esse caso, outro semelhante foi relatado pela professora Angela, em seu depoimento.

Um ex-aluno de 32 anos, preconceituoso com tudo, chamou numa primeira vez um aluno de “gay”. Outra vez, chamou uma aluna de “baixa e gorda”. Por último, disse para essa mesma aluna “[...]esta macaca” e a menina se sentiu ofendida e reclamou para [a] direção. [PESQUISADORA: E qual foi o encaminhamento da escola?] Como já era maior de idade, foi convidado a se retirar da escola. Não foi feito nenhum trabalho educativo com ele, só rua! (ANGELA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

Essa fala evidencia que já houve um caso de injúria racial na escola. Além disso, também apresenta a falta de um projeto pedagógico antirracista, a fim de provocar mudanças nas atitudes do estudante que a proferiu. Por ser um caso visível de injúria, a escola também poderia recorrer às práticas de justiça restaurativa, porém, o que se vê são ações repressivas e não educativas. Conforme Munanga,

[...] Alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (2005. p. 15)

O fato de a escola ter um expressivo número de estudantes negros, não coíbe a discriminação racial dentro dela, como expressam alguns dos professores. Cabe a estes, portanto, como já dissemos, terem a sensibilidade de identificar os casos de racismo e injúria racial nos ambientes da escola e problematizá-los. Os estudantes podem desconhecer as diferenças entre racismo e injúria racial, mas podem saber, muito bem, como ambos se materializam. Para promover a educação antirracista, a escola deve saber identificar os casos e se posicionar diante deles no intuito de confrontá-los. Conforme Paulo Freire, “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (2015, p. 37). Para ele, isto compõe os saberes necessários à prática educativa.

Ignorar e/ou expulsar o estudante, que comete uma atitude racista, da escola, não contribui para o combate à discriminação racial, pois o mesmo poderá continuar com estas práticas em outros espaços. A escola necessita pensar em estratégias educativas antirracistas, para que os estudantes tenham a oportunidade de mudar suas consciências.

4.2.4. Sobre o Conhecimento do Estatuto da Igualdade Racial

Com o objetivo de saber se as professoras dessa escola (re)conheciam (ou não) as propostas para educação presentes no Estatuto da Igualdade Racial, foram questionadas quanto a seguinte questão: **O Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12.288 de 2010 propõe algumas ações para a educação antirracista nas escolas. Consideras que conheces o Estatuto da Igualdade Racial e suas propostas para educação? Conheces parcialmente ou não conheces?**

Das quatro professoras entrevistadas, três afirmaram não conhecerem a Lei do Estatuto da Igualdade Racial e a suas propostas para educação. Uma das professoras respondeu conhecer o Estatuto e relatou sobre o que já ouviu falar dele.

Eu ouvi falar assim: sobre trazer para escola. [...] Mostrar na escola as diferenças, o negro, as atividades do negro, o que ele contribuiu, né? Pro crescimento do país. Nesse sentido assim. De nós, professores, quando possível, abordar esse, né? A história também, textos que envolvam, né? Nesse sentido, sim... [...]. (CAROLINA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

E quando questionada, sobre qual seria a sua opinião em relação a essas propostas descritas no Estatuto da Igualdade Racial, ela disse:

Ah... Eu acho muito bom. Inclusive, assim... Os textos... Trazer até escritores negros [...] [Porque] a gurizada precisa [...] desses exemplos [...] E escritores negros. A poesia negra, a vida. Porque as dificuldades... [...] é importante o que o negro passou, mas ele tem que abandonar isso e ir além [...] Tem que lutar. Ele veio pra cá trazido, à força, tudo, mas agora é ir pra frente. [...] [É] mais por esse nível que eu falo com eles. (CAROLINA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

A professora Carolina, acredita ser importante trazer o passado do povo negro, mas pondera que, ao mesmo tempo, este tem que ser abandonado, a fim de ir além dele. Tais questões fazem recordar os debates sobre as ações afirmativas, incluídas as políticas de cotas raciais, nas universidades. Alguns dos contrários, dizem que tais constatações remetem ao discurso de “*vitimização* do negro”, ou seja, que o passado “ruim” torna-se um apoio, como argumento atual para obtenção de privilégios. Também, esta professora aborda este assunto em tal perspectiva de que os estudantes negros têm que conhecer, mas abandoná-lo, para ir em frente. Esta afirmação e as constatações anteriores apontam para, no mínimo, duas ideias que precisam ser questionadas. A primeira delas diz respeito ao fato de que “o passado já passou”, ou seja, como não fosse possível perceber que, ainda hoje, a sociedade brasileira nutre conceitos que vêm do período escravagista e que o racismo não existe mais; a outra, diz respeito à reparação de um direito, pois a política de cotas não é um benefício, mas sim uma das formas de garantir o acesso historicamente negado.

O fato de não conhecerem o Estatuto da Igualdade Racial, ora expõe a falta de interesse no estudo sobre as Leis que fomentam propostas para a educação antirracista, ora apontam a necessidade de maior divulgação da Lei. Sobre isso, Munanga acredita que

A Lei 10.639, [...] vai pegar com mais facilidade do que o Estatuto da Igualdade Racial, pois o discurso sobre a cultura já faz parte da vida brasileira. Esse conhecimento e envolvimento não incomodam muito, o que incomoda de fato é a questão política, e a educação superior é o cordão umbilical, é o impulso para a chegada do negro no topo. (2010, p. 7)

Aqui, Munanga expressa a importância da universidade para a população negra. A educação antirracista na Educação Básica é essencial no impulsionamento dos jovens ao ensino superior. Propor debates como este, mais amplos às questões da população negra, são importantes passos, mas como está em desenvolvimento, se depara com dificuldades. Temos que ter em mente que o Estatuto precisa ser debatido nas escolas, conjuntamente a outras alternativas de fomento à perspectiva na qual foi criado.

4.2.5. Possibilidades e/ou entraves para uma Educação Antirracista efetiva na Escola

Com o objetivo de escutar e analisar as percepções das professoras acerca da proposta para educação, que consta no Estatuto da Igualdade Racial, como também compreender quais são as possibilidades e/ou entraves na aplicação da lei na escola, primeiramente foi lido, para as entrevistadas, o artigo 9º do Estatuto da Igualdade Racial: “A população negra tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira”. Após foi perguntado o seguinte: **Qual é a sua opinião em relação a esta proposta? Qual seria a contribuição da escola para cumpri-la? É possível? Existem alguns entraves?**

A professora Carolina, tem a percepção de que é desnecessário existir leis que “privilegiem os estudantes negros”. Ela acredita que os negros já estão incluídos e os que não estão, tem que se fazer incluir.

[...] Ressaltar isso aí é tão desnecessário, porque um negro faz parte de tudo [...] e está incluído [...]. E ele tem que se fazer incluir [...]. Então ressaltar isso aí, de repente é até válido pra quem está lendo pela primeira vez, mas pra quem vive [...] a negritude... Ele [...] tem que participar, tem que se integrar [...]. Tem que se incluir mesmo, né? De uma forma ou de outra, ele tem que estar participando, tem que ser participante, né? [...] Eu acho que [...] não pode [...] ficar com esse preconceito. Ele mesmo cria o preconceito. [...] Ela [a escola] tem que tratar todos iguais. Não deve, porque é negro, dar privilégios. [...] Eu acho até errado. Tem que tratar igual. O que é pra um, é pra outro, [...] porque eu acho que dar privilégios até reforça o preconceito, né? Reforça, diminui a pessoa. “Ai coitadinho”. “Ai, porque isso, porque aquilo” [...]. (CAROLINA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

As ideias trazidas por essa professora faz constatar a presença do mito da “democracia racial”, a qual ainda não foi superada pela sociedade brasileira, em geral. Kabenguele Munanga analisa essa questão. Para ele

O mito da democracia racial foi e é ainda apresentado como se fosse a verdade da sociedade brasileira. Sente-se a dificuldade de superar a crença nas diferenças socioeconômicas como explicação das desigualdades entre brancos e negros, apesar do ideal da democracia racial já ter sido desmistificado pelo movimento negro e pelas pesquisas acadêmicas. Tenho a impressão de que a inércia é tão forte que o brasileiro deixou de se enxergar, naturalizando sua crença na existência da mestiçagem e no desaparecimento total do branco, do negro e do índio, em termos de discursos e não dos comportamentos que ainda continuam discriminatórios das diferenças. (2010, p. 3)

Sobre a ideia relatada pela professora, onde afirma que negros e negras tem que participar e se fazer incluir, Munanga considera sobre isto que

O fato do negro não ter se tornado cidadão pleno após a abolição da escravidão é visto como uma debilidade do próprio, e não da sociedade que o excluiu. O atraso em relação a outros grupos raciais é considerado como falha dos próprios negros que não têm bastante competência para reagir com força enquanto grupo social. (2010, p. 4)

As ideias trazidas por Kabenguele Munanga expressam a base do pensamento manifesto por alguns professores da escola. A professora Carolina, mesmo com suas declarações, percebe necessidade da lei para o cumprimento de propostas inclusivas para os estudantes negros. A professora Luisa manifesta suas vivências em outra direção

Aqui, a gente tava tentando sabe. [...] Mas [...] fomos barrados, [...] Eu creio que é possível, sim. [...] Não tem que ter atividades diferenciadas [...]. Tem que exaltar a cultura, tem que trazer, porque tem que... não atitude resgate, [...] [porque] eu acho “resgatar” uma palavra muito pesada, mas pra [...] conhecimento, pra saber o que é que passou o povo negro, assim como o que passou o povo judeu. Eu acho que hoje em dia tem que saber. [...] Existe o racismo, sim. [...] Infelizmente ainda é a nossa realidade, [...] mas “Eu? Debater isso ainda?” Fica muito... Parece que não existe, sabe? É uma coisa que não vejo maldade, não vejo. [...] [Porque] era pra ser uma coisa natural e por isso que eu briguei ontem, por isso que fiquei tão indignada de terem nos tirado isso, porque era tão legal. Num ano, nós trouxemos o Giba-Giba. [...] Ouvimos a música, ouvimos sobre o Quilombo [...] Então, a gente tava buscando esse reconhecimento, essa valorização, essa autoestima [...], porque infelizmente ainda tem essa diferença, né? E então nos foi tirado. [...] Que tem que trabalhar, tem que ser obrigatório, porque infelizmente isso não [faz] parte naturalmente das pessoas. [...] (LUIZA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

Conforme relatado, é necessário que existam leis para que a escola possa cumprir com a “educação de qualidade” e promotora de direitos humanos. Um destaque importante é o relato de que a escola trouxe uma comunidade quilombola para realizar o debate. Conforme também aponta outra professora

[...] No ano passado quando a gente fez esse trabalho, dos nossos alunos, na consciência negra, eles têm ali o... Quilombo [...] e a TV fez um trabalho ali com eles, até porque é [...] um quilombo em região urbana. Por que não trazer isso pra escola? [...] Quando eu fui lá [no quilombo] convidar a escola de samba pra vir aqui, com a

orientadora, pra eles a nossa chegada assim oh... Uma pessoa da escola era como se a gente fosse uma autoridade lá dentro. A gente foi só convidar. Eles vieram com orgulho. [...] Trouxeram a [escola de samba] aqui. [...] Por que não? Sabe... Por que eles [os alunos da Escola] não podem [...] estudar isso? (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio e 2015).

No decorrer da conversa, percebe-se que esse envolvimento possibilitou a realização de trocas de saberes, a valorização e reconhecimento da cultura negra que faz parte dos moradores da comunidade. Essa ideia vai ao encontro da orientação para a uma proposta de educação antirracista na EJA, pois conforme Rosane Pires, “[...] o conhecimento do universo afro-brasileiro no qual está inserido esse público majoritário de EJA necessita vir à tona, ocupar espaço, tornar-se integrante dos projetos desenvolvidos na escola” (2006, p. 106). O que também faz cumprir com as orientações do Estatuto da Igualdade Racial

II - apoio à iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social e cultural da população negra;” e “§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração.”(BRASIL, 2010.)

Em contrapartida, como vimos, há certa resistência na continuidade da proposta do Dia da Consciência Negra na escola. A desvalorização e a falta de reconhecimento de propostas que contribuem para a educação antirracista evidenciam que o mito da democracia racial ainda é presente e causa impactos na formação dos estudantes da EJA.

A professora Dandara também concorda com o previsto em Lei e salienta a necessidade de existirem atividades para garantir que a educação antirracista seja desenvolvida naturalmente pela escola.

Acho ótimo. [...] Se a gente tivesse uma população mundial mais consciente, não precisaria existir uma lei dessas. [...] Foi necessário ter uma lei de cotas. Foi necessário, de repente, ter o estatuto. Porque historicamente. [...] Sempre foi desigual e [...] foi, então, necessário ter uma lei pra garantir esses direitos a essas pessoas, porque o abuso foi tanto [...] que foi preciso fazer leis pra garantir esses direitos. Mas se as pessoas fossem um pouco mais conscientes, saberiam que o abuso cometido anteriormente não deveria ter sido. E aí, não seria necessário ter essas questões. [...] Concordo com essa coisa de ter [...] [atividades] adequado à sua necessidade, ou à sua curiosidade, ou, por exemplo, essa questão de ver [...] por que as cotas? [...] Por causa da oportunidade. [...] Que eu também acho que é um direito em virtude da qualidade do ensino, né?[...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Essa professora fala da questão da consciência da população. Isso é importante, pois a escola é um espaço para esta problematização. Principalmente para que os estudantes possam ter consciência das suas realidades, assim podendo transformá-las. Contudo, será que os educadores da educação básica estão atentos a isso?

[...] É possível compreender que os processos educativos podem colaborar com este engajamento de homens e mulheres na conquista do seu direito de ser, mesmo que não configurem uma solução para este tema. As lutas contínuas cotidianas é que vão desafiando os sujeitos, e estes “desafios mobilizadores” podem despertar-lhes o desejo de se emanciparem, e a escola pode ser compreendida como um dos espaços privilegiados para que isto ocorra [...] (CUNHA e GRISA, 2013, p. 123)

Nessa perspectiva, a escola é um espaço que tem a capacidade de oferecer aos estudantes negros (independente da idade) o questionamento sobre a sua realidade cotidiana e a superação de estigmas. Esse movimento possibilita a desconstrução do mito de inferioridade - ideia enraizada em suas mentes - construído culturalmente através de diferentes aparatos sociais.

A professora Dandara apontou que a maior dificuldade de se desenvolver a educação antirracista e qualquer outra proposta significativa para a EJA, está no **corpo docente**. A fala a seguir, destaca que a maioria dos professores da escola, não considera o perfil dos estudantes do noturno (vários estudantes negros, uma grande maioria oriundos de classe popular, trabalhadores, em situações de vulnerabilidade social e econômica, etc.) nos seus planos de aula:

[...] [O entrave para o cumprimento do Estatuto na escola é] o meu grupo docente. Principalmente, o meu grupo docente. O problema do grupo docente [é] uma questão muito maior, né? Agora falando [...] em termos de Estado. O déficit docente não é [da escola], ele é da educação em geral. [...] [...] Aí, quando tu chega pro professor [e diz]: “Eu quero [que] tu desenvolva um projeto assim.” [...] “Ele [...] reclama na direção e diz que tu estás te metendo na aula dele”. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

Mesmo considerando a necessária preocupação da professora Dandara e sua denúncia, cabe pensar por outro lado. A resistência dos professores, além de todas as questões supracitadas (mito da democracia racial, por exemplo) envolve outra que também pode gerar nos docentes certa aversão por propostas que considere novas: quando Dandara expressa “Aí tu chega pro professor [e diz]: ‘Eu quero [que] tu desenvolva um projeto assim’”, parece acreditar que os “fins justificam os meios”. Desconsiderar a autonomia docente ou a já existente sobrecarga de trabalho, em nome de um bom projeto, gera resistência. Consideramos que é fundamental, como já dissemos, que os professores se envolvam com os projetos. Isso só pode ocorrer através de uma sensibilização, uma mudança de consciência que pode ser desenvolvida através de encontros de formação pedagógica, por exemplo.

Encontros de formação que proporcionem a discussão da temática do racismo pode ser uma possibilidade de educação antirracista com os professores da EJA. A escola precisa encontrar estratégias para sensibilizar os professores em relação aos seus estudantes, e a formação é uma delas. E isto não é uma tarefa fácil de desenvolver não só nos professores, mas na sociedade em geral, como já foi abordado. Ao pensar sobre a EJA e a questão racial, segundo Gomes (2005), é preciso que se aprofunde essa discussão para a compreensão sobre as diferenças existentes na sociedade. Sendo assim, “[...] educadores, pesquisadores e formuladores de políticas de EJA precisam passar por um processo de revisão de valores e

posturas diante da diversidade étnico-racial, que resulte em um posicionamento político.” (GOMES, 2005, p. 101).

A professora Dandara também destaca outra iniciativa desenvolvida na escola.

[...] No ano passado, a gente trouxe um assessor parlamentar, sem vínculo partidário [...] que é licenciando da Políticas Públicas da UFRGS, pra falar com os alunos sobre política, no período eleitoral. Eu não tive um professor que apoiasse. Então, assim: “Por que é cansativo?”, “Por que é maçante?”, sabe? [...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

E outras propostas.

Falei com a professora: “Quem sabe a gente faz [...] a exposição da EJA? [...] Por que a gente não faz uma coisa, assim, tipo oficina de ciências, [...] que eles possam apresentar?” [...] Pra botar a EJA pra fora. [E a professora respondeu:] “Ah, isso aí não vai rolar. Isso aí tem que ter material. Isso aí tem que ter ideias. Eles não vão fazer. Eles nunca vêm.” [...] Esses daqui [turmas de T1 e T2] fizeram um bolo no refeitório. [...] Vieram todos. [...] Todo mundo veio... todo mundo participou [...] e aí eu te digo assim [...]: Dá trabalho? Dá! Tiveram que abrir um fogão lá, um forno pra eles. Teve toda uma situação, mas... ahn... pô... vai me dizer que aquele bolo não marcou eles? É um bolo, mas o quanto eles se envolvem com essas coisas? E eu não vejo isso da quinta à oitava. Não vejo, sabe? Tudo é difícil pra eles [professores]. Eles não acreditam, sabe? (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

Dentre outras questões, por meio da fala da professora, foi possível perceber a resistência e a negação diante de propostas de atividades que sejam significativas para os estudantes da EJA. Isso retrata a ideia da necessidade de mudança de consciência já referida. Contudo, o fato é mais profundo, pois percebe-se o descumprimento de um currículo próprio e de qualidade para a EJA¹⁸. Conforme a LDBEN, na seção V:

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996)

O parecer CNE/CEB 11 de 2000, também considera que a EJA na sua função reparadora, “necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.” (p. 9).

A professora Dandara também destaca o impacto da falta de propostas pedagógicas significativas, como influenciadora das escolhas futuras dos estudantes da escola.

E aí, a gente cai naquela história do percentual. 80% da minha EJA é negro. Com essa formação vai chegar ali no [...] [outro colégio] e se o cara não for MUITO determinado, MUITO esforçado, MUITO dedicado, ele não vai aprovar. Diferente daquele que veio do ensino regular, fresquinho, que estudou tudo no tempo certo. [...] E aí tu olha assim, os históricos dos nossos alunos aqui: mãe morreu, pai morreu, sou criado pela tia, sou espancado pelo marido, [...] vivo de favor na casa do patrão, [...] me deixaram sem comida, FASE [instituição], sabe? [...] Então assim... Saindo um pouco da questão racial e pensando: “Quê que vai mudar na vida dele se ele avançar mais uma série? Se ele não avançar? [...] Aí a gente tem um laboratório de informática aqui, mas não pode usar, [...] porque os da EJA vão estragar. Aqui a gente sofre preconceito, mas não é o racial é o [da] modalidade de ensino. [...] (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015).

¹⁸ Também percebido no fato de Dandara nomear as séries finais da EJA como “quinta à oitava”.

Essa questão, apresentada pela professora, sobre o preconceito quanto à modalidade EJA, soma-se ao preconceito com as pessoas negras, de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e estigmatizadas, no caso desta Escola. O que nos remete ao pensamento de Nilma Lino Gomes, onde escreve que “faz-se necessária uma mudança de práticas, de lógicas e de foco que poderá resultar, a curto, médio e longo prazo, numa série de transformações significativas na vida dos jovens e adultos negros(as) que participam de práticas da EJA.” (2005, p. 93). Em sua fala, a professora afirma que apenas os estudantes considerados “bons” é que terão sucesso na continuidade dos estudos. Esta afirmação nos remete a ideologia da meritocracia que responsabiliza os sujeitos pelas suas dificuldades e não as desigualdades sociais. “Este discurso meritocrático legitima discriminações e inferioriza os grupos sociais que não convivem com o mesmo contexto sociocultural” (BACKES et al, 2006, p. 533-534,). Salienta que os problemas sociais, enfrentados pelos estudantes são vistos como motivação para uma luta por uma educação de qualidade.

A professora Angela declarou, em sua entrevista, que é possível cumprir com o Estatuto da Igualdade Racial na escola, pois como 80% dos estudantes são negros, terão mais facilidade. Pressupomos que esta resposta esteja relacionado com a recepção dos estudantes e não dos professores, como manifestou a professora Dandara. Mesmo que não tenha sido questionada sobre tal, fica a dúvida se a resposta seria semelhante se houvesse 80% de estudantes brancos na instituição. Angela traz como sugestões, os passeios e outras atividades. Ao relatar a ida dos estudantes na Bienal, salienta que “foi difícil a indisciplina”, mas que, com eles, é necessário que se tenha perseverança. O PIBID-EJA, em 2015, propôs uma oficina de música para os estudantes, na qual também seriam abordadas questões que envolvem as temáticas debatidas neste trabalho de conclusão, antes do horário de entrada deles na escola. A professora Dandara destacou o posicionamento da direção da escola diante da proposta da oficina.

[...] [Uma das professoras, que compõe a equipe diretiva, manifestou-se dizendo:] “Eu só não vou proibir porque eu não posso. Se não, eu proibiria.” Tu entende, porque que eu digo a resistência de um bom trabalho dentro da EJA? É nos docentes e nos gestores. Não é os alunos. Os alunos têm os problemas? Tem, mas daí eu te digo: Num grau de instrução, quem é os mais instruídos - os alunos ou nós? Nós [somos] os culpados das coisas não funcionarem. É nossa culpa. Não é dos alunos. Se quem tem mais instrução são as pessoas que tem que agir com mais justiça [...]. (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015)

Dandara expressa sua perspectiva de que a responsabilidade sobre os impedimentos para um trabalho significativo na EJA é dos professores. Contudo, precisamos analisar atentamente esta questão: em relação à educação antirracista, não podemos culpabilizar apenas um segmento ou alguém. Não estamos buscando culpados e nem acreditamos que

seria possível encontrá-los. Os professores, não se sentem “preparados” para tratar a temática racial na escola. Isso pode ser devido ao fato de estarem imbuídos pela invisibilidade da temática, pelas lacunas na formação, pelas vivências sociais, pelo mito da democracia racial, dentre tantos elementos que vem sendo problematizados pelos autores que abordam a temática. Certamente que estas constatações não retiram a responsabilidade do professor em estudar, problematizar questões e estigmas, bem como ter compromisso com uma educação de qualidade. Sendo assim, “cremos que o esforço interno e o engajamento de cada um de nós individualmente são necessários para a realização dessa tarefa imensa” (MUNANGA, 2005, p. 17), mesmo que não sejam unicamente suficientes.

5. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EJA: POR QUÊ? PARA QUEM? COMO?

*Eu não sou quem eu gostaria de ser; eu não sou quem eu poderia ser, ainda, eu não sou quem eu deveria ser. Mas graças a Deus eu não sou mais quem eu era!
(Martin Luther King)*

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de abordagem qualitativa, propôs uma reflexão acerca das questões que envolvem o desenvolvimento da educação antirracista na EJA. A partir do estudo de caso de uma Escola Estadual do Município de Porto Alegre localizada próximo de uma comunidade quilombola, buscou identificar e problematizar as ações para uma educação antirracista voltadas aos estudantes da EJA nessa escola. Para isto, foram realizadas observações dos espaços da escola e entrevistas semiestruturadas com quatro professoras.

O debate sobre o racismo no Brasil é antigo, porém ainda muito atual. Quando o assunto é debatido na escola, ainda pode causar polêmicas, constrangimentos e negativas. Isto aponta para o fato de ainda não ter sido superado pela sociedade brasileira. No campo específico da Pedagogia, questionamos: Qual é a contribuição desta área do conhecimento no combate ao racismo? O que é educação antirracista? E por que lutar por práticas antirracistas nas turmas de EJA?

A escola é historicamente um dos espaços de luta da população negra. As experiências do movimento negro, algumas delas narradas anteriormente, mantiveram em sua pauta, a conquista desse espaço, historicamente branco. Contudo, a população negra tem ocupado as institucionais de ensino, nas últimas décadas, com expressivo número de estudantes que frequentam a Educação de Jovens e Adultos devido ao seu passado marcado por um histórico de negação do direito à educação escolar.

É importante destacar que os estudantes que frequentam a EJA não são pessoas que não frequentaram a escola na idade “certa” unicamente por falta de vontade própria ou porque simplesmente não quiseram. É fundamental problematizarmos tais realidades, a fim de que possamos reconhecer os mecanismos de exclusão do conhecimento, promovidos ao longo da história do Brasil. Compreendendo que, conforme Parecer CNE/CEB 11 de 2000, umas das funções da EJA é a reparação, visando garantir um direito que foi negado anteriormente, torna-se um dever, lutar pela garantia do acesso dos estudantes a esta modalidade, bem como

pelas condições necessárias à sua permanência. Seguindo esta ideia é necessário que sejam efetivadas propostas pedagógicas atrativas e acolhedoras para os estudantes, conforme exposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na seção V “§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, [...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho [...]” (BRASIL, 1996).

A EJA é caracterizada pela diversidade. Tendo como foco o legado da Educação Popular, reconhecemos nos estudantes suas histórias de vida e experiências sociais diferentes, como membros atuantes desta sociedade. Suas visões de mundo são próprias e diversificadas. “Dessa forma, o gênero, a raça, a sexualidade e a subjetividade serão entendidos como processos e dimensões integrantes da EJA, que se expressam na vida e nas relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais que dela fazem parte.” (GOMES, 2005).

A modalidade EJA tem suas especificidades, pois é aquela que recebe os excluídos da e na escola (FERRARO e MACHADO, 2002), incluída a população negra. Mesmo que seja expressiva nas turmas de EJA, em termos quantitativos, isso não se tornou suficiente para a garantia de uma proposta pedagógica antirracista. Isto impulsiona a luta do movimento negro pelo direito à **educação de qualidade**, pois

Se no passado a luta era para possibilitar o acesso, na atualidade ela focaliza a permanência na escola. [...] No que se refere à educação do jovem negro, a questão ganha mais densidade, pois são eles que figuram como detentora dos mais baixos índices nas avaliações escolares sendo expulsos da escola. (PIRES, 2006, p. 105)

A educação antirracista vem contribuir para o combate da discriminação racial. Na EJA, onde há uma crescente presença de jovens negros, é necessário que se pense em propostas de acolhê-los e que sejam protagonistas de seus processos educativos. Portanto

Todo o conjunto de ações políticas, públicas e privadas, de caráter compulsório, que têm como objetivo corrigir desigualdades sociais e étnico-raciais necessita ser abarcado pela EJA, por seu caráter de transformação de sociedade por meio de ações de inclusão social e garantia de igualdade de oportunidades para todos, possibilitando que os(as) historicamente excluídos(as) estejam presentes neste espaço-tempo de educação a que têm direito. (PIRES, 2006. p. 105)

Para Brandão, a força da educação está no fato de que “participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades” (BRANDÃO, 2007, p. 11). Sendo assim, pensando a educação como o processo e instrumento para construção de significados, valores e ideias, a partir dela tanto pode o racismo ser perpetuado quanto superado.

A educação com qualidade para jovens e adultos é um direito. Para cumpri-lo, seu currículo deve ser pensado, a partir das peculiaridades dos sujeitos a que se destina, portanto, próprio e que considere as questões étnico-raciais. A educação antirracista na EJA, “[...] requer criar formas mais democráticas de se implementarem as ações e projetos para esse público, pautando a multiplicidade do tripé espaço-tempo-concepção na sua organização e desenvolvimento.” (PIRES, 2005, p. 101). Requer pensar para quem é a EJA? E para quê? Sobre isto, percebemos que o maior desafio, é considerar a existência do racismo e do impacto da discriminação na vida dos estudantes. Nesta perspectiva de EJA, que se fundamenta nos princípios da Educação Popular

[...] Os projetos educacionais ocorrem em diferentes espaços e tempos e não só respeitam a condição dos sujeitos como as fazem elemento fundamental para que sejam concebidas novas propostas. Portanto, a Educação Popular se faz em diálogo com homens e mulheres que, em suas vivências, conhecem e criam, contribuindo com sua cultura e visões de mundo. (CUNHA, p. 133)

Sendo assim, os conhecimentos dos educandos são reconhecidos e valorizados, o que torna a sala de aula, um espaço para trocas. Proporcionar espaços para que os estudantes manifestem os seus saberes sobre a sua cultura, vivências e conhecimentos, possibilita o fortalecimento da autoafirmação da identidade negra e da visibilidade de suas formas de estar no mundo. Isso influencia o estudante a se motivar pelo estudo e para que ele queira transformar o seu cotidiano. Esse é o motivo mais importante da educação antirracista.

A partir da pesquisa, foi possível constatar que a escola estudada desenvolveu poucas ações de educação antirracista. Nas paredes da escola não constavam cartazes que pudessem contribuir para a transformação dos estereótipos raciais e preconceitos. Além disso, a escola possuía bons livros didáticos, de história e de literatura em sua biblioteca, mas os mesmos, não eram muito utilizados pelos estudantes e professores (estes preferiam ir a busca de outras referências). Consideramos que o uso da biblioteca, a leitura e o contato com materiais diversos, podem contribuir para mudanças significativas, contanto que seja de forma crítica e reflexiva.

Todas as entrevistadas disseram que a única proposta estruturada que a escola possuiu, para abordar as temáticas pertinentes à educação antirracista, foi um sábado letivo em que a EJA organizou atividades em comemoração ao dia 20 de novembro. Foi possível perceber certo “orgulho” nos relatos de algumas professoras. Destacam que foi um momento em que todos os estudantes se envolveram, juntamente com a comunidade do entorno e alguns professores que apoiavam o projeto. Pode-se dizer que mesmo que seja apenas um, o mesmo foi bastante relevante para a EJA dessa escola. No momento em que dialogam com

representantes da comunidade quilombola, abordando elementos da influência afro-brasileira na cultura e propõem a reflexão sobre o tema, a escola está colocando o estudante negro como protagonista do seu aprendizado. Além disso: contribuem para a valorização da cultura negra; para a valorização e autoestima da comunidade quilombola; para a permanência dos estudantes negros na escola e continuidade dos seus processos de escolarização.

Em contrapartida, esse projeto não subsistiu. Algumas entrevistadas relataram que a proposta foi suspensa. Uma das entrevistadas relatou que algumas das propostas que são pensadas para a EJA dessa escola, não são apoiadas pela gestão e nem pelo corpo docente. Sendo este último, por óbvio, imprescindíveis para a criação e continuidade das propostas para uma educação antirracista na escola. A ideia de que não é “necessário” tratar das ações afirmativas, do resgate da história do povo negro e da reflexão sobre o Estatuto da Igualdade Racial, estiveram presentes na fala de uma das professoras entrevistadas. Por isso a necessidade de salientarmos nestas considerações finais defendendo a legitimidade dessa temática. Alguns professores, baseados no mito da democracia racial (refletidos por Gomes e Munanga), não discutem a temática de forma reflexiva nas salas de aulas. Só que, se negando a tratar a temática, a comunidade escolar, acaba contribuindo para a perpetuação do racismo.

Uma das falas mais marcantes das entrevistas foi o relato sobre falas presentes na escola, como *“isso está bom, para a comunidade que a gente atende”* (DANDARA, trecho da entrevista realizada em maio de 2015). Esta professora relatou que alguns professores não “acreditam” nos seus estudantes (que são em sua maioria jovens, negros e em situação de vulnerabilidade social), por isso não se preocupam com essas questões e nem com qualquer outro tipo de questão relativa a eles, nos seus planejamentos. Percebo, a partir esta fala, o racismo naturalizado. Caso fossem questionados sobre o fato de serem racistas com os estudantes, certamente responderiam que não. Há uma dificuldade dos professores (e na população em geral) de refletirem a relação das suas práticas pedagógicas com a ideologia racista. Isso se refletiu quando houve casos de injúria racial entre estudantes e nem a equipe diretiva, nem os demais professores, desenvolveram algum trabalho educativo para com eles. Esses foram alguns posicionamentos que nos ajudam a compreender as reflexões, aqui expostas.

Em relação ao conhecimento do Estatuto da Igualdade Racial, uma professora disse não conhecer, outra disse conhecer (e mesmo achando boas as propostas considera desnecessária a Lei); e as outras duas professoras entrevistadas disseram não conhecer, mas salientam ser necessário existir leis que obriguem as escolas a valorizar a temática. Consideramos que a escola é um espaço para que se promova esse conhecimento.

Há possibilidades de se desenvolver a educação antirracista na escola. Iniciando pela retomada da atividade do Dia da Consciência Negra, procurando reforçar a importância deste projeto para os seus estudantes da EJA e da escola em geral.

Além disso, consideramos que o PIBID – modalidade EJA, é uma oportunidade ímpar aos estudantes e professores para abordar estes temas, pois apresenta ações significativas nessa escola. O PIBID pode ser o estimulador para que a escola possa ter interesse em se envolver mais com a temática, sugerindo encontros de formação acerca do assunto.

Propor a educação antirracista nas escolas não é uma tarefa fácil, pois nos deparamos com o velho e repetido discurso, pela maioria dos professores, de que não há racismo na escola. Pensando nisso, primeiro a escola tem que estar ciente da forma como racismo se apresenta dentro da escola, na entrada, nos corredores, dentro da sala de aula, ou seja, em todos os ambientes e situações. A maior dificuldade das escolas está em identificar o racismo. Não identificando fica difícil de combatê-lo. Por exemplo, numa sala de aula, é comum os estudantes brancos e negros chamarem os negros de “negão”, por exemplo. A questão é, porque o negro é sempre chamado de “negão” e já o branco é sempre chamado pelo nome. Quer dizer que o negro não tem nome? Essas questões levantadas por mim me inquietam também enquanto estudante negra, pois diversas vezes fui chamada assim “nêga”. E quando se coloca em discussão, esses tipos de questões sempre são tratados como “brincadeiras”. Mas acredito que não seja só uma “brincadeira” ou “força de expressão” e sim reflexo do racismo e que deve ser sempre refletido.

Discutir sobre o racismo na EJA, não beneficia só os estudantes negros, mas a todos os estudantes. Nilma Lino Gomes desta que

Estes(as) passam por um processo afirmativo diante de sua ancestralidade negra, da presença do negro na sua história familiar e na sua conformação como sujeitos. [...] A negritude deixa de ocupar o lugar da negatividade e passa a ser motivo de orgulho para negros e brancos. (GOMES, 2005, p. 93)

Os educadores precisam atentar para as atitudes racistas e as suas manifestações na sala de aula. É necessário perceber que combater o racismo na sala de aula significa conceber o educar como ato político. Significa uma postura ética, conforme destacou Paulo Freire

A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais como na perversão hipócrita da *pureza* em *puritanismo*. A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, de gênero, de classe. É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. (FREIRE, 2014. P.17)

A educação antirracista é possível de acontecer. Existem os documentos orientadores e estudos sobre a temática, a questão é a sua efetivação no cotidiano da escola. O livro “Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais” destaca que a educação antirracista na EJA acontece em vários espaços, instâncias e momentos. Para essa escola, pode-se considerar os seguintes princípios orientados por Pires (2005):

- Construir propostas pedagógicas a partir da vivência cotidiana dos(das) estudantes, de suas práticas sociais e profissionais, religiosidade, opções de lazer e suas vivências socioculturais;
- Ter atitudes plenas de recepção e inclusão na chegada dos alunos e alunas na procura pela vaga ou no momento da matrícula;
- Observar e escutar atentamente os movimentos coletivos para o reconhecimento da discriminação e do preconceito. Para a construção de alternativas e outras posturas às atitudes e tratamentos racistas e discriminatórios;
- Abrir espaço para que o estudante negro possa ser protagonista no cotidiano da sala de aula, valorizando o seu saber e proporcionando espaços de trocas e diálogos.

É importante destacar, que essas propostas não devem ser aplicadas em apenas alguns momentos do cotidiano escolar ou apenas em datas comemorativas. Elas têm que estar presentes no currículo escolar, durante todo o processo educativo.

Ao fim desse trabalho, é evidente que se faz necessário investigar as práticas de educação antirracista na modalidade EJA, pois tal discussão não se esgota. Além disso, também houve dificuldades em encontrar estudos específicos sobre a EJA, pois são poucos os intelectuais que se propõem a discutir sobre a temática do racismo nesta modalidade. Considero a necessidade de que sejam feitos mais estudos sobre as propostas de educação antirracista, a fim de contribuir para a formação dos professores e da população em geral. Também é necessário encontrar “boas práticas” de educação antirracista em escolas de EJA. Seria interessante que fosse feito um estudo mapeando escolas de Porto Alegre, para que possamos conhecer práticas inspiradoras. Enquanto mulher negra, futura professora negra, aprendi muito com esse estudo. Considero que outros professores negros e não negros precisam solidarizar-se com esta abordagem, para que esse movimento ganhe força. Afinal, o estudo e as práticas tem que continuar...

É importante que existam leis, como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei 10.639/03, mas também é importante que elas saiam do papel. A existência das leis, infelizmente não garante que o racismo seja combatido. Acredito que junto a isso é necessária uma transformação na consciência das pessoas e estas podem ser promovidas a partir da sala de aula.

A discussão sobre o racismo traz desconfortos, atritos e polêmicas, tanto para professores quanto para os estudantes negros, por isso mesmo que ela é muito importante. Para que o racismo seja discutido na escola, é necessária a prática, um trabalho pedagógico

bem planejado. Para os que sofrem o racismo, a saída às vezes se dá na agressividade e para outros, no recolhimento e no silenciamento. Muitas vezes, o silenciamento é apoiado e reforçado pela escola. É fundamental que esta instituição, enquanto espaço de promoção de direitos humanos, reconheça tais problemáticas. Sendo assim, promover a educação antirracista é possibilitar que o estudante negro possa mudar a sua realidade, é possibilitar uma **transformação de consciência e da própria sociedade**.

Por fim, me questiono: Até quando as escolas vão negar a existência do racismo? Até quando vão fechar os olhos para os seus estudantes? São indagações que levarei comigo daqui em diante como impulso a novos estudos. Para encerrar esse estudo, faço minha, a provocação de Martin Luter King “*Não há nada mais trágico neste mundo do que saber o que é certo e não fazê-lo. Que tal mudarmos o mundo começando por nós mesmos?*”.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. Estudo de Caso: seu potencial na educação. **Simpósio**. Caderno de Pesquisa. Rio de Janeiro: Simpósio, 1984. (49). P. 6-8. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/528.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

BACKES, J. L.; BAQUERO, R. V. A; PAVAN, R. A Presença da Cultura Meritocrática na Educação De Jovens E Adultos, **Revista Contrapontos**, Itajaí, set/dez 2006, v. 6, n. 3, p. 529-539. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/882/735>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BELEI, R. A. et al. O Uso de Entrevista, Observação e Videogravação em Pesquisa Qualitativa. Cadernos de Educação, Pelotas, p. 187 - 199, jan/jun 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1770/1645> >. Acesso em 8 jul de 2015.

BERNARDINI, Joaze. Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200002>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação? Educações: aprender com o índio. In: _____. **O Que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 1994. P.7-12.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BRASIL. Parecer CNE/CBE nº 11/2000 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília: MEC, maio de 2000. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em: 22 jun. 2015.

BRASÍLIA. Estatuto da igualdade racial. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado. 2006. Disponível em http://www.cedine.rj.gov.br/files/legisla/federais/Estatuto_da_Igualdade_Racial_Novo.pdf, acesso em 25/05/2015.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Anti-racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 11 – 18.

CUNHA, Aline Lemos da. Educação Popular. In: FERRARO JUNIOR, L.A. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores** - Volume 3. Brasília: MMA\ DEA, 2013. P. 131-139. Disponível em: <http://colecciona.mma.gov.br/?publication=encontros-e-caminhos-formacao-de-educadoras-es-ambientais-e-coletivos-educadores&wppa_open=1>. Acesso em: 22 jun. 2015.

CUNHA, Aline; GRISA, Gregório. Alteridade, Racismo e Direitos Humanos: Entrelaçamentos e Indagações. In: CAREGNATO, C. E.; BOMBASSARO, L. C. (Orgs.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação**. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013. Cap. 5. P. 109-127.

DAYRELL, J. A Escola Como Espaço Sócio-cultural. DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 1-27.

DEUS, A. M.; CUNHA, D. E. S. L.; MACIEL, E. M. **Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: uma metodologia**. VI Encontro, Universidade Federal do Piauí. Teresina: 2010, p. 1-12. Disponível em:<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf>. Acesso em 8 jul de 2015.

FERRARO, Alceu Ravello, MACHADO, Nádie Christina Ferreira. Da universalização do acesso à escola no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 213-214, Agosto 2002. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10855.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2015.

FONSECA, Marcus Vinícius. As Primeiras Práticas Educacionais com Características Modernas em Relação aos Negros no Brasil. In: SILVA, Petronilha Beatriz; PINTO, Regina (Orgs.). **Negro e Educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro**. ANPED, Ação Educativa: São Paulo: 2001. P. 11-36.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GODY, Arilda. Introdução á pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n.2. p. 57-63. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/38183/36927>. último acesso em 3 jun. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Anti-racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 39 – 62.

_____. Educação de Jovens e Adultos e Questão Racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, L; GIOVANETTI M. A.; GOMES, N. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. P. 87-104.

GONÇALVES, Luiz Alberto; SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set/out/nov/dez. 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Diálogos Contra o Racismo**. Disponível em: <<http://www.ibase.br/en/2011/07/dialogos-contrao-racismo/>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Demográfico de 2010. Características **Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro, p. 1-215, 2010. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_De_ficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Participação, Democracia e Racismo? Boletim de Análise Político – Institucional**. Brasília: 2013. Disponível em: < http://www.uneafrobrasil.org/images/conteudos/131017_bapi4_daniel_racismo.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MUNANGA, Kabengele. Algumas Considerações Sobre “Raça”, Ação Afirmativa e Identidade Negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez/fev 2005-2006. Disponível em:< <http://www.usp.br/revistausp/68/05-kabengele-munanga.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

_____. Apresentação. **Superando o Racismo na Escola**. 2ª edição revisada/KabengeleMunanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.204p.: 61T. [Versão PDF]

_____. Lutas Contínuas Concretizam Mudanças Sociais e Raciais. IN: RIBEIRO, Matilde (Org.) **Coleção 2003-2010 O Brasil em Transformação**. Volume 6. (no prelo). Disponível em: <61 TTP://www.fpa.org.br/sites/default/files/Kabengele_Munanga.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

PAULA, Cláudia Regina de. O Protagonismo Negro: o movimento negro na luta por uma educação antirracista. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 105-120, jul/dez. 2009. Disponível em: <61 TTP://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/57/47>. Acesso em: 22 jun. 2015.

PERES, Eliane Teresinha. “O Pão Espiritual”: Os Cursos Noturnos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense. In:_____. **Templo de Luz: Os Cursos Noturnos Masculinos de Instrução Primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas: Seivas Publicações, 2002. Cap. 3. P. 83-131. Disponível em: <61 TTP://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2013/07/LivroTEMPLO-DE-LUZ.pdf >. Acesso em: 22 jun. 2015.

PIRES, Rosane de Almeida. Educação de Jovens e Adultos. In: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. P. 97-117.

Plano Nacional Biblioteca da Escola. **Ministério da Educação (PNBE)**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368:programa-nacional-biblioteca-da-escola&catid=309:programa-nacional-biblioteca-da-escola&Itemid=574. Acesso em 13 jun. 2015.

Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). **Ministério da Educação**. Disponível em: 61 TTP://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13658&Itemid=984. Acesso em 13 jun. 2015.

QUILOMBO. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. **Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento**; São Paulo, Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2003. 128p.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.369/03 Como Fruto da Luta Anti-Racista do Movimento Negro. In: **Educação Anti-racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 21 – 37.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNAGA, Kabenguele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 21-37.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. Linguagens Escolares e Reprodução do Preconceito. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Anti-racista: Caminhos Abertos Pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. P. 105 – 120.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socionômicos. **Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre, 2014. Disponível em: < [62TTP://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pednegrospoa.pdf](http://www.dieese.org.br/analiseped/2014/2014pednegrospoa.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SÃO PAULO, Folha de. **Leia Texto de Abdias do Nascimento Sobre o Jornal Quilombo**. São Paulo, 2011. Disponível em: < [62TTP://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/920231-leia-texto-de-abdias-do-nascimento-sobre-o-jornal-quilombo.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/920231-leia-texto-de-abdias-do-nascimento-sobre-o-jornal-quilombo.shtml)>. Acesso em: 25 jun. 2015.

STRELHOW, Thyeles. Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: < [62 TTP://uab.ufac.br/moodle/pluginfile.php/14242/mod_resource/content/1/Caejadis%20-%20Texto%201%20\(Breve%20histu00F3ria%20da%20EJA%20no%20Brasil\).pdf](http://uab.ufac.br/moodle/pluginfile.php/14242/mod_resource/content/1/Caejadis%20-%20Texto%201%20(Breve%20histu00F3ria%20da%20EJA%20no%20Brasil).pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2015.

ANEXOS



ANEXO I
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO*

Você foi escolhido/a e está sendo convidado/a para participar de uma entrevista que servirá como importante contribuição para o meu trabalho de conclusão de curso em Pedagogia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pretendo, com este trabalho, estudar a Educação de Jovens e Adultos, buscando contribuir para as propostas pedagógicas para a Educação Antirracista que são pensadas para esta modalidade de Educação. Este é um estudo baseado em uma abordagem qualitativa, utilizando como método entrevistas com estudantes da EJA e professores.

A pesquisa terá duração de três (03) meses, com o término previsto para junho de 2015. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados no trabalho escrito e em apresentação pública, marcada para julho. A sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Escola.

A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas em anexo. As conversas serão gravadas em áudio digital, para posterior transcrição, que será guardado por cinco (05) anos e deletados, após esse período.

A/O Sr/a não terá nenhum custo. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada a esta participação. O benefício relacionado à participação será de aumentar o conhecimento científico para a área de Educação, na promoção de políticas públicas para jovens e adultos estudantes da EJA.

A/O Sr/a receberá uma cópia deste termo no qual consta o telefone da pesquisadora responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento. Desde já agradecemos!

Aline Lemos da Cunha
Orientadora do Trabalho de Conclusão
UFRGS

Beatris de Moraes Pinto
Pesquisadora – estudante de Pedagogia
UFRGS

Telefone para contato: 92521438

Porto Alegre, ____ de _____ de 2015.

Eu, _____,
CPF/RG _____, declaro estar ciente do inteiro teor deste
TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo que eu participe do estudo proposto, sabendo que dele
poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Assinatura: _____

*O original encontra-se assinado.